



EDITAL

PARTE A

LICITAÇÃO Nº 021/CPL/2022
PROCESSO N.º 3826/2022
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - SRP
JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL

ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA: R\$ 5.324.659,20 (Cinco milhões, trezentos e vinte e quatro mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e vinte centavos)

ORIGEM DOS RECURSOS: 0084
PROGRAMA DE TRABALHO: 15.01.26.127.0014.2366
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.14.00.00.00
SECRETARIA/ÓRGÃO REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE.

ENTREGA DE ENVELOPES: ATÉ DIA 06 DE OUTUBRO DE 2022 ÀS 10 HS

REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO: __ DIA 06 DE OUTUBRO DE 2022 ÀS 10 HS

OBJETO: 3826/2022

DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL: O Edital com as especificações da referida licitação, encontra-se a disposição dos interessados à Rua Juiz Emílio Carmo – 50 – Centro - Paracambi/RJ, na sala da CPL, no horário de 10:00 às 16:00 horas, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, mediante entrega de 2 (duas) resmas de papel A4 e identificação do interessado.

O Edital também poderá ser obtido, gratuitamente, no site oficial da Prefeitura no endereço eletrônico cplpmpparacambi@gmail.com.

Informações referentes ao certame poderão ser obtidas por meio do telefone (21) 2683-9103 – 2683-9115 ou e-mail: cplpmpparacambi@gmail.com

ÓRGÃO GERENCIADOR DO SRP: CHEFE DE GABINETE

ÓRGÃO PARTICIPANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE.

PRAZO PARA EXECUÇÃO: 12 MESES

Este Edital está dividido nas partes A, B e anexos abaixo descritos:

Parte A - Informações específicas sobre o Edital;

Parte B - Procedimentos da licitação;

Anexos:

Parte A	-	Informações Específicas sobre o Edital
Parte B	-	Procedimentos da Licitação
Anexo 1	-	Formulário Oficial de Proposta
Anexo 2	-	Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação
Anexo 3	-	Modelo de Declaração
Anexo 4	-	Modelo de Carta de Credenciamento
Anexo 5	-	Declaração de Beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006
Anexo 6	-	Termo de Referência
Anexo 7	-	Minuta da Ata SRP
Anexo 8	-	Minuta de Contrato



PARTE B

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

O Município de Paracambi, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, mediante o Pregoeiro **VANIA ABBES DE ALMEIDA** e equipe de apoio **Gilcea Bitencourt Rodrigues, Charles de Deus Silva, Ticiane dos Santos Sarubi e Luciane Maria Gomes Alfeld Cruz**, designados pela Portaria nº **236/2022 de 16 de agosto de 2022** torna público, para conhecimento dos interessados, que estará realizando a licitação nº **021/2022** na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, a partir do **SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS**, de conformidade com as disposições Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 5.267/2021 e 4.481/2017, subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666/1993 bem como as condições a seguir estabelecidas:

1 - CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO

1.1- Os envelopes contendo a documentação e proposta serão recebidos na Rua: Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro - Paracambi/RJ, na sala da CPL, na sala da CPL até o **DIA 06 DE OUTUBRO DE 2022 ÀS 10 HS.** A sessão pública será realizada na sala de reuniões da CPL, situada à Rua: Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro - Paracambi/RJ, no **DIA 06 DE OUTUBRO DE 2022 ÀS 10 HS**, horário de Brasília - DF.

1.2 - Somente poderão participar da sessão pública, as pessoas jurídicas que apresentarem propostas até o dia e hora dispostos no item 1.1.

1.3 - Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, mediante comunicação pelo Pregoeiro responsável.

1.4 - **ÓRGÃO GERENCIADOR DO SRP: CHEFE DE GABINETE**

1.5 – **ÓRGÃO PARTICIPANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE.**

2 - OBJETO

2.1 – A presente licitação tem como **OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS, PARA ATENDER DENTRO DO MUNICÍPIO DE PARACAMBI/RJ**, conforme descritos e especificados no **ANEXO 6** – Termo de Referência.

3 – DA ESTIMATIVA DE PREÇO

3.1. O preço global para a execução do objeto desta Licitação foi estimado pela Administração em **R\$ 5.324.659,20 (Cinco milhões, trezentos e vinte e quatro mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e vinte centavos)**, conforme Anexo 1.1 deste edital.

4 - IMPUGNAÇÕES E QUESTIONAMENTOS AO ATO CONVOCATÓRIO

4.1 - As retificações do edital, por iniciativa oficial ou provocadas por eventuais impugnações, obrigarão a todos os licitantes, devendo ser publicadas no Diário Oficial e no site oficial da Prefeitura e, a critério do Município, comunicados aos adquirentes do edital, via telefax, telegrama, e-mail ou entrega pessoal, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.

4.2 - Os questionamentos ao ato convocatório do convite serão recebidos até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para o recebimento dos envelopes na parte A deste edital, e deverão ser formalizados por escrito, encaminhados à Comissão Permanente de Licitação, situada à Rua: Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro - Paracambi/RJ, no horário de 10:00 às 16:00 horas, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados.

4.3 - Os questionamentos serão disponibilizados a todos os interessados, imediatamente, e serão respondidos pela Comissão de Licitação por escrito.

4.4 – Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para abertura dos envelopes de habilitação. A licitante deve impugnar o edital com pelo menos 2 (dois) dias úteis de antecedência da data de abertura dos envelopes com as propostas de preços, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113 da Lei Federal nº 8.666/1993.



4.5 - Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o 2º (segundo) dia útil que anteceder a abertura dos envelopes com as propostas de preços.

5 – PARTICIPAÇÃO

5.1 – Poderão participar do presente Pregão Presencial, as pessoas jurídicas que atenderem a todas as exigências quanto à documentação constantes deste Edital e de seus Anexos.

5.2 - A pessoa jurídica participante deste certame deverá estar em pleno cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

5.3 - É vedada a participação de licitantes punidos com a sanção prescrita no inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/1993, seja qual for o Órgão ou Entidade que tenha aplicado à reprimenda, em qualquer esfera da Administração Pública.

5.4 - É vedada a participação de licitantes punidos pela Administração Municipal com a sanção prescrita no inciso III do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/1993.

5.5 - Não será permitida a participação em consórcio.

5.6 - Não será permitida a participação de sociedades cooperativas em razão da natureza do objeto do presente certame.

5.7 – Não será permitida a participação de mais de uma empresa sob o controle acionário de um mesmo grupo de pessoas, físicas ou jurídicas.

5.8 – Não será permitida a participação de pessoas jurídicas que tenham em seu quadro funcional servidor público lotado em órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

5.9 – Não será permitida a participação de pessoas jurídicas que tenham entre seus sócios qualquer pessoa ligada ao Prefeito, ao Vice-Prefeito, aos vereadores e aos servidores municipais, bem como as pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio, ou parentesco afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção.

5.10 – Não poderão participar da presente licitação as pessoas jurídicas arroladas no artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/1993.

6 - CREDENCIAMENTO

6.1 - Para manifestar-se nas fases do procedimento licitatório, o representante único da empresa participante, deverá identificar-se com cédula de identidade e documentação apropriada, observando o que segue:

a) Quando se tratar de titular, diretor ou sócio gerente da empresa, será exigida a apresentação de documento devidamente autenticado, comprobatório de sua capacidade para representá-la. Essa comprovação deverá ser feita mediante a apresentação dos atos constitutivos, estatuto ou contrato social e alterações posteriores, se houver, devidamente registrado no registro público competente, acompanhado da ata de assembleia, indicando os atuais responsáveis pela administração, salvo se já constarem no contrato social apresentado.

b) Quando se tratar de representante designado pela empresa será exigido procuração via instrumento público ou carta de credenciamento (**Anexo 04**), a ser entregue fora de qualquer envelope, dirigida ao Pregoeiro com referência ao presente edital, em original ou cópia devidamente autenticada e com reconhecimento de firma em cartório, com dados de identificação do representante, devendo constar, expressamente, poderes para participar de todos os atos do procedimento licitatório, inclusive para formular ofertas e lances de preços, bem como para praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente, acompanhada dos atos constitutivos, estatuto ou contrato social e alterações posteriores, se houver, devidamente registrado no registro público competente, acompanhado da ata de assembleia, indicando os atuais responsáveis pela administração, salvo se já constarem no contrato social apresentado.

6.1.1 - A não apresentação do credenciamento, nos termos exigidos neste edital, impedirá a oferta de lances verbais e a manifestação da intenção de interpor recursos por parte do representante da licitante, não havendo impedimento para participação da licitação.



6.1.2 – É vedado que um mesmo agente represente mais de um licitante na sessão pública de lances.

6.2 - Deverá ser apresentada pelo licitante, juntamente com o credenciamento, a declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação fora de qualquer envelope, inclusive para as empresas que encaminharem a documentação e proposta por via postal.

6.2.1 – O Pregoeiro abrirá oportunidade para os licitantes que tenham mandato para firmarem por escrito a declaração que cumpre plenamente os requisitos no momento da abertura do certame.

6.2.2 – O Pregoeiro abrirá oportunidade para os licitantes que não apresentarem a declaração mencionada no item 6.2 de manifestarem verbalmente em atendimento às exigências editalícias, o que ficará registrado na ata da sessão.

6.3 – A microempresa ou empresa de pequeno porte, além de apresentar a declaração do item 6.2, deverá apresentar declaração conforme **Anexo 05**, declarando que é beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, e que está excluída das vedações impostas no § 4º, do art. 3º do respectivo diploma legal, não sendo a ausência desta declaração impeditiva da participação da licitante, mas apenas deixará de gozar do benefício.

6.3.1 – O microempreendedor individual, além de apresentar a declaração do item 6.2, para fins de habilitação, deverá apresentar declaração conforme **Anexo 05** declarando que é beneficiário da Lei Complementar nº 123/2006, e que está excluído das vedações impostas no § 4º, do art. 3º do respectivo diploma legal, não sendo a ausência desta declaração impeditiva da participação da licitante, mas apenas deixará de gozar do benefício.

6.4 – Os documentos necessários para credenciamento deverão ser autenticados até o dia útil que anteceda a entrega dos envelopes, mediante apresentação do original para conferência, na CPL, situada na Rua: Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro - Paracambi/RJ, no horário de 10:00 às 16:00 horas.

6.5 – O Pregoeiro poderá pedir, a qualquer tempo, a exibição do original dos documentos.

7 - FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA

7.1 - No horário, data e local estabelecidos neste Edital as licitantes proponentes deverão apresentar sua documentação e proposta, em envelopes separados, fechados, colados ou lacrados, rubricados no fecho, contendo além da respectiva razão social e endereços, os seguintes dizeres:

Apresentação do envelope de proposta

ENVELOPE "A"- PROPOSTA DE PREÇOS
LICITAÇÃO N.º
PREGÃO PRESENCIAL
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

Apresentação do envelope de documentação:

ENVELOPE "B"- DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
LICITAÇÃO N.º
PREGÃO PRESENCIAL
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

8 - DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

8.1. - A efetiva participação no Pregão Presencial dar-se-á por meio de entrega dos envelopes de documentação de habilitação e proposta de preços, até o dia e o horário previsto no item 1.1.

8.1.1 - Após a hora estabelecida como limite para a entrega dos envelopes contendo a documentação e a proposta comercial das licitantes, nenhum outro envelope será recebido, tampouco será permitida a sua troca.

8.2 - A proposta de preços deverá ser apresentada em envelope fechado, em 02 vias (original e cópia).

8.3 - A proposta de preços, deverá:

a) conter indicação do preço por item e total ofertado;



- b) conter preço final do objeto para cada item e o preço por item ofertado na presente licitação;
- c) estar datilografada/digitada e assinada por seu representante legal, devendo ser aposto o nome do signatário e sua qualidade na empresa;
- d) prazo de validade mínima de 60 (sessenta) dias a contar da data da entrega das propostas.

8.4- A proposta de preços poderá ser apresentada em papel timbrado da licitante com todas especificações, desde que esteja igual ao formulário oficial de proposta (**Anexo 1**).

8.5 - O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances oferecidos durante a sessão pública.

8.6 - Incumbirá ao licitante acompanhar a sessão pública do Pregão Presencial, ficando responsável por quaisquer prejuízos diante da inobservância de qualquer ato ocorrido no certame.

8.7 - Os itens de propostas que eventualmente contemplem produtos que não correspondam às especificações contidas no (**Anexo 06**) deste Edital serão desconsiderados.

8.8 - Nas propostas serão consideradas obrigatoriamente:

- a) preço unitário e total para cada item em moeda corrente nacional, em algarismo com no máximo duas casas decimais;
- b) inclusão de todas as despesas que influam nos custos, tais como: despesas com custo, transporte, seguro e frete, tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), obrigações sociais, trabalhistas, fiscais, frete, encargos comerciais ou de qualquer natureza e todos os ônus diretos;
- c) prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias, a contar da data da entrega das propostas;
- d) prazo máximo para início da prestação dos serviços, a contar da ordem de início exarada pela administração.

8.8.1 – Caso os valores da proposta apresentada contenham mais de duas casas decimais, será considerado apenas o valor constante nas duas primeiras casas, desconsiderando-se os demais.

8.9 – As propostas de preço serão conferidas pelo Pregoeiro, que poderá corrigir erros aritméticos nos cálculos e somatórios, observadas as seguintes condições:

- a) onde houver discrepância entre os valores em algarismos e por extenso prevalecerão os valores por extenso;
- b) onde houver discrepância entre os preços parciais e o valor total prevalecerão os preços parciais, refazendo-se o somatório;
- c) onde houver discrepância entre unitário e preço multiplicado pela quantidade prevalecerá o preço unitário;
- d) em se tratando de manifesto erro de digitação, como no caso de equívoco quanto às casas decimais, poderá o mesmo ser corrigido, independentemente dos critérios definidos acima;
- e) em se tratando de omissão de um item de valor irrisório para o total cotado, poderá se considerar o mesmo incluído no preço total sem qualquer acréscimo.

8.9.1 – A correção dos preços nas condições previstas neste Edital poderá ser objeto de objeção pelo proponente que, ao apresentá-la, ensejará a desclassificação da proposta.

8.10 – Serão desclassificadas, também, as propostas que apresentem uma das seguintes situações:

- a) não estejam devidamente assinadas;
- b) contenham reservas ou condições limitadoras à observância dos termos deste Edital e seus anexos;



- c) contenham omissões em relação a dados exigidos por este edital imprescindíveis para a avaliação da melhor proposta, inclusive para confirmar sua viabilidade;
- d) apresente preço manifestamente inexequível;
- e) possuam preço global ou unitário acima do valor estimado para esta licitação;
- f) que apresentem preços irrisórios ou de valor zero incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, conforme previsto no § 3º, do artigo 44, da Lei Federal nº 8.666/1993;
- g) não observar o disposto nos itens 7.1, 8.3 e 8.4 deste Edital.

8.10.1 – No caso do Pregoeiro considerar o preço de algum licitante inexequível, concederá ao respectivo o prazo de 2 (dois) dias úteis para que demonstre a viabilidade do proposto mediante documentação comprovando que os custos dos serviços que pretende prestar são coerentes com os do mercado.

8.11 – Não sendo assinado o contrato dentro do prazo de validade da proposta vencedora, esta poderá ser prorrogada por até 30 (trinta) dias, se o proponente, consultado pela Administração, assim concordar.

9 – ABERTURA DA SESSÃO, PROCEDIMENTOS DO PREGÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

9.1 – No dia, hora e local designados no edital, será realizada sessão pública para abertura dos envelopes de propostas e da documentação de habilitação, devendo o interessado ou seu representante legal proceder ao respectivo credenciamento, comprovando possuir os necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

9.2 – Os envelopes, recebidos em sua totalidade, serão rubricados pelo Pregoeiro e pelos representantes credenciados das licitantes presentes ao certame;

9.3 – No caso excepcional de a sessão do pregão vir a ser suspensa antes de cumpridas todas as suas fases, os envelopes ainda não abertos, devidamente rubricados em local próprio, ficarão sob a guarda do Pregoeiro, e serão exibidos, ainda lacrados e com as rubricas, aos participantes na sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos.

9.4 - Aberta à sessão, os interessados ou seus representantes legais entregarão ao Pregoeiro, declaração manifestando o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital e em envelopes separados, a proposta de preços e a documentação de habilitação.

9.5 – O Pregoeiro procederá à abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e classificará a de menor preço e todas aquelas que tenham apresentado valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), àquela de menor preço.

9.6 – Havendo empate entre duas ou mais propostas comerciais escritas, após obedecido o disposto no parágrafo 2º, do art. 3º, da Lei Federal nº 8.666/1993, será realizado sorteio para definição da ordem de oferecimento dos lances verbais.

9.7 - Quando não forem verificadas, pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas no item 9.5, o Pregoeiro classificará as melhores propostas até o máximo de 3 (três), quaisquer que sejam os preços oferecidos.

9.8 – Em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos proponentes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, a partir do autor da proposta de maior preço, seguindo-se os demais classificados, em ordem decrescente de valor.

9.9 – O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

9.10 – A etapa de lances da sessão pública será encerrada preferencialmente no mesmo dia, sendo facultada ao Pregoeiro a prorrogação.

9.10.1 – O Pregoeiro poderá, motivadamente, estabelecer limite de tempo e de valor dos lances, mediante prévia comunicação aos licitantes e expressa menção na ata da sessão.



9.10.2 – O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, os licitantes qualificados manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

9.11 – Após a hora estabelecida como limite para a entrega dos envelopes contendo a documentação e a proposta comercial das licitantes, nenhum outro envelope será recebido, tampouco será permitida a sua troca.

9.12 – A desistência de apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante para efeito de ordenação das propostas.

10 – JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

10.1 – Para julgamento do presente Pregão, será adotado como critério de julgamento, **MENOR PREÇO GLOBAL**.

10.2 – No caso de empate inicial, antes da fase de lances, entre duas ou mais propostas, e após obedecido o disposto no § 2º do art. 3º da Lei Federal nº 8.666/1993, a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

10.3 – Entende-se por empate aquela situação em que as propostas apresentadas pelos licitantes sujeitos ao regime diferenciado disposto na Lei Complementar nº 123/2006 sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta melhor classificada.

10.4 – Sendo verificada a ocorrência de empate entre licitante microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual e outros licitantes, será assegurado como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, nos termos do art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006.

10.5 – Para efeito do disposto no subitem 10.4, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

10.5.1 – O licitante sujeito ao regime diferenciado da Lei Complementar nº 123/2006 melhor classificado, será convocado para, em querendo, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, situação em que será o objeto adjudicado em seu favor.

10.5.2 – Não ocorrendo a contratação de licitante sujeito ao regime diferenciado da Lei Complementar nº 123/2006 que se apresente na situação descrita no subitem 10.5.1, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem no intervalo estabelecido no subitem 10.3, na ordem classificatória, para exercício do mesmo direito.

10.5.3 – No caso de equivalência dos valores apresentados pelos licitantes sujeitos ao regime diferenciado disposto na Lei Complementar nº 123/06 que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 10.3 deste edital, será realizado sorteio entre eles para que se identifique aquele que primeiro poderá apresentar a melhor oferta.

10.6 – Na hipótese de não contratação nos termos previstos no subitem 10.4 deste Edital, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

10.7 – A condição prevista no subitem 10.4 deste Edital somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por licitante sujeito ao regime diferenciado da Lei Complementar nº 123/2006.

10.8 – Os licitantes só poderão oferecer lances inferiores aos lances por eles ofertados anteriormente.

10.9 – Os lances deverão ser ofertados em referência ao valor total, obedecido o critério de aceitabilidade de preço, constante no subitem 10.17 do edital.

10.10 – Será aceita a oferta de lance em valor superior ou no mesmo valor de lance anteriormente ofertado por outro licitante, sendo que, nesse último caso, prevalecerá, para fins de classificação, aquele oferecido em primeiro lugar.

10.11 – O Pregoeiro, ao término dos lances, procederá à licitante de segundo menor valor, a possibilidade de redução do preço anterior ofertado, registrando o segundo menor preço mais vantajoso para Administração Pública, caso a licitante vencedora venha a ser desclassificada.



10.12 – A desistência dos lances já ofertados sujeitará o licitante às penalidades previstas neste Edital.

10.13 – Caso não se realizem lances verbais, será verificada pelo Pregoeiro a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, garantido ao Pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço, bem como decidir sobre a sua aceitação.

10.14 – Quando não houver oferta de lances, em caso de empate, o critério de desempate será, em primeiro lugar, a preferência disposta no art. 3º, parágrafo 2º, da Lei Federal nº 8.666/1993; em segundo lugar, o de sorteio, realizado em sessão pública, para qual serão convidados todos os licitantes, na forma do previsto no § 2º, do artigo 45, da Lei Federal nº 8.666/1993.

10.15 – Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o Pregoeiro procederá à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital.

10.16 – De acordo com o inciso XVI, do artigo 4º, da Lei Federal nº 10.520/2002, se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender as exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor, garantido ao Pregoeiro negociar diretamente com o proponente escolhido em atendimento ao inciso XVII, do art. 4º da Lei Federal nº 10.520/2002.

10.17 – O critério de aceitabilidade das propostas de preços pelo Município será o valor **Global** da estimativa orçamentária, sendo desclassificada qualquer proposta de preços acima do referido critério.

10.18 – Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital acerca da habilitação, a licitante será declarada vencedora do pregão e será convocada para subscrever o contrato.

10.19 – Na hipótese de recusa em assinar o referido instrumento, poderá, a critério da Administração, ser aplicada a penalidade de suspensão temporária do direito de participar em licitação e de impedimento de contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízos das multas previstas em edital e das demais cominações legais, conforme art. 7º, da Lei Federal nº 10.520/2002.

11 - HABILITAÇÃO

11.1 – Os documentos do envelope “B” – documentos de habilitação – poderão ser apresentados em original ou em cópias devidamente autenticadas, na forma do art. 32, da Lei Federal nº 8.666/1993.

11.1.1 – Não serão aceitos protocolos como substitutos de quaisquer das documentações exigidas neste Edital.

11.1.2 – No caso dos documentos a serem autenticados por servidores da CPL, os mesmos poderão ser entregues na sala da CPL para sua autenticação, até o dia útil que anteceda a entrega dos envelopes.

11.2 - A habilitação do licitante vencedor será verificada mediante apresentação dos seguintes documentos:

11.2.1 - Habilitação jurídica

a) Cédula de identidade e CPF dos sócios ou dos diretores;

b) Registro comercial, no caso de empresário pessoa física;

c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;



f) A sociedade simples que não adotar um dos tipos regulados nos artigos 1.039 a 1.092, do Código Civil, deverá mencionar, no contrato social, por força do art. 997, inciso VI, do mesmo diploma legal, as pessoas naturais incumbidas da administração.

11.2.2 - Regularidade fiscal e trabalhista

a) prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

c) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, que será realizada da seguinte forma:

c.1) Fazenda Federal: apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d”, do parágrafo único, do art. 11, da Lei Federal nº 8.212/1991;

c.2) Fazenda Estadual: apresentação de Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, perante o Fisco estadual, pertinente ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, bem como de Certidão perante a Dívida Ativa estadual, podendo ser apresentada Certidão Conjunta em que constem ambas as informações; ou, ainda, Certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, não esteja sujeito à inscrição estadual;

c.3) Fazenda Municipal: apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, não esteja sujeito à inscrição municipal;

c.3.1) os licitantes que possuam inscrição, ainda que eventual, no cadastro imobiliário do Município de Paracambi deverão apresentar a certidão expedida pelo Município de Paracambi, sem prejuízo do atendimento do item c.3;

d) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;

e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT.

11.2.2.1 – Na hipótese de cuidar-se de microempresa ou de empresa de pequeno porte, na forma da lei, a documentação somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, caso se sagre vencedora na licitação.

11.2.2.2 - Em sendo declarada vencedora do certame microempresa ou empresa de pequeno porte com débitos fiscais e trabalhistas, ficará assegurado, a partir de então, o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativas.

11.2.2.3 - O prazo acima poderá ser prorrogado por igual período, a critério exclusivo da Administração Pública.

11.2.2.4 - A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no art. 81, da Lei Federal nº 8.666/1993.

11.2.3 – Qualificação econômico-financeira:

a) Certidões Negativas de Falência e Recuperação Judicial ou Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da empresa. Para as empresas sediadas no Município do Rio de Janeiro, a prova será feita mediante apresentação de certidões expedidas pelos 1º, 2º, 3º e 4º ofícios do Registro de Distribuição. As empresas sediadas em outras Comarcas do Estado do Rio de Janeiro ou em outros Estados deverão apresentar Certidão Negativa de Falências de todos os ofícios do Registro de Distribuição de sua jurisdição e declaração



passada pelo fórum local ou Juízo distribuidor, indicando quantos cartórios ou ofícios de registros competem àquelas distribuições;

a.1) Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, que comprovem a boa situação financeira da empresa, caracterizada pelos índices: Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) ou Liquidez Corrente (LC), não sendo permitido a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado a mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, calculados e assinados por contabilista habilitado, devendo ser juntada Certidão de Regularidade emitida pelo CRC do profissional responsável e pela licitante, através das seguintes fórmulas:

b.1) Índice de liquidez geral (ILG)

ILG \geq 1, obtido pela aplicação da seguinte fórmula:

$$ILG = \frac{AC + ANC}{PC + PNC}$$

Onde:

AC: ativo circulante

ANC: ativo não circulante

PC: passivo circulante

PNC: passivo não circulante

b.2) Índice de solvência geral (ISG)

ISG \geq 1, obtido pela aplicação da seguinte fórmula:

$$ISG = \frac{AT}{PC + PNC}$$

Onde:

AT: Ativo total

PC: Passivo circulante

PNC: Passivo não circulante

b.3) Índice de liquidez corrente (ILC)

ILC \geq 1, obtido pela aplicação da seguinte fórmula:

$$ILC = \frac{AC}{PC}$$

Onde:

AC: Ativo circulante

PC: Passivo circulante

b.4) Na hipótese de o licitante apresentar resultado menor que 1 (um) em qualquer um dos índices, a licitante poderá comprovar ter patrimônio líquido positivo mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor efetivo da proposta vencedora.

b.5) A apresentação das demonstrações contábeis é obrigatória para análise econômico – financeira de todas as empresas, independente do porte, classificação ou enquadramento para fins tributários.

8.2.3.1 - As sociedades constituídas a menos de um ano poderão participar da licitação apresentando o balanço de abertura, assinado por contabilista habilitado e pelo representante da sociedade no lugar do documento previsto na alínea “b” acima.

11.2.4 – Da Qualificação Técnica:



a.1) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, através de atestado (s) fornecido (s) por pessoa (s) física e/ou jurídica (s) de direito público ou privado.

a.2) Declaração de que a Licitante até a assinatura do Contrato é detentora do quantitativo de veículos para atendimento ao Objeto em sua totalidade .

11.2.5 – Declaração complementar, conforme **Anexo 3**, consignando que:

a) assegura ter pleno conhecimento da legislação pertinente à contratação em pauta e demais condições previstas no Edital e seus anexos;

b) atesta o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei Federal nº 8.666/1993, acrescido pela Lei Federal nº 9.854/1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos salvo na condições de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos de idade nos termos da legislação aplicável;

c) não existem fatos supervenientes impeditivos da habilitação nesta licitação;

d) não possui em seu quadro funcional nenhum servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;

e) garante o prazo de validade da presente proposta por 60 (sessenta) dias corridos a partir da data da apresentação da proposta;

f) os sócios da empresa não são pessoas ligadas a integrantes do poder Municipal (Prefeita, Vice-Prefeito, Vereadores ou servidores municipais) por laço de matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo até o segundo grau, ou por adoção;

g) Não está com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública, suspenso ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;

h) Não está arrolada no artigo 9º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

11.2.6 – Nos casos em que a validade da certidão apresentada não estiver expressa no documento, será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da data de emissão, sendo que a certidão de ICMS para Contribuinte terá validade de 180 (cento e oitenta) dias e para Não Contribuinte terá a validade de 12 (doze) meses.

11.3 – Na hipótese de cuidar-se de microempresa, empresa de pequeno porte, e microempreendedor individual que observem o art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, não obstante a obrigatoriedade de apresentação de toda a documentação de habilitação, a comprovação da regularidade fiscal somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

11.3.1. Será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data em que a licitante for declarada vencedora do certame para a regularização da documentação, realizando o pagamento ou o parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de negativa. O prazo a que se refere este subitem poderá, a critério do Município, ser prorrogado por igual período, consoante artigo 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 147/2014.

12 - RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1 - Após declarado o vencedor, caberá recurso nos casos previstos na Lei Federal nº 10.520/2002, devendo a licitante manifestar imediata e motivadamente sua intenção de interpor recurso, explicitando sucintamente suas razões, após o término da sessão de lances.

12.1.1 - A intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que o licitante pretende que sejam revistos pelo Pregoeiro.

12.2 - Qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso sendo endereçadas o



Pregoeiro, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, devendo ser protocolada no horário de 10:00h às 16:00h na sala da CPL, situada na Rua: Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro - Paracambi/RJ, exclusivamente por escrito.

12.3 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor.

12.4 - O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo.

12.5 - O Pregoeiro analisará o recurso para fins de reconsideração, fazendo subir à apreciação da autoridade superior em caso de manutenção da decisão.

12.6 - O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.7 - Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os encaminhados por fax, correios ou que não tenham sido devidamente protocolados na sala da CPL, no horário de 10:00h às 16:00h.

12.8 - Decairá do direito de impugnar perante a Administração, os termos do Edital, aquele que os aceitando sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que a viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso, de acordo com o disposto no art. 41, § 2º da Lei Federal nº 8.666/1993.

13 - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1 - A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo Pregoeiro sempre que não houver recurso.

13.1.1 - No caso de haver interposição de recurso, caberá a autoridade competente a adjudicação do objeto.

13.2 - A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

14 - DO RECEBIMENTO

14.1 - O objeto do contrato será recebido pela efetiva entrega do objeto contratual, observada a seguinte forma:

a) provisoriamente, após parecer circunstanciado da comissão de fiscalização do contrato, que deverá ser elaborado no prazo de 10 (dez) dias contados da entrega do objeto;

b) definitivamente, após parecer circunstanciado da comissão de fiscalização do contrato, após decorrido o prazo de 30 (trinta) dias de observação e vistoria, contados a partir do último recebimento provisório, desde que comprovado o exato cumprimento das obrigações contratuais.

14.2 - Caso seja verificado defeito ou desconformidade do objeto contratual, o fato será comunicado à contratada, que deverá promover o reparo no prazo fixado no comunicado, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

15 - PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

15.1 – Assinado o Termo Contratual, o prazo máximo para a execução do serviço será de **12 (doze) meses**, sujeito a alterações a depender da necessidade da Administração, e nos termos dos artigos 57 e 65 Lei 8.666/1993.

16 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1 – Uma vez adjudicado o objeto e homologada a licitação, o Município convocará o primeiro colocado para assinar a Ata de Registro de Preços no prazo máximo de 30 (trinta) dias, prorrogável, a critério da Administração, por igual período.



16.1.1 – Na ata de Registro de Preços constará:

- a) número da Ata, do processo administrativo e da licitação a que se refere;
- b) identificação do objeto e a quantidade total estimada;
- c) relação de fornecedores, pela ordem de classificação final no processo licitatório;
- d) preço unitário do vencedor do respectivo item, com menção de que será praticado por todos os demais fornecedores;
- e) valor total estimado para a execução do objeto;
- f) órgãos e entidades participantes do registro;
- g) prazo de vigência do registro;
- h) menção do compromisso de fornecimento nas condições estipuladas no edital da licitação e seus anexos, que integrarão a Ata independentemente de transcrição;
- i) necessidade de permanente pesquisa de mercado, inclusive antes da formalização da contratação, para aferição da manutenção da vantajosidade dos preços registrados;
- j) critério de repactuação dos preços registrados em razão da superveniente alteração da realidade de mercado;
- k) limites global e individual para solicitações de adesão;
- l) sanções pelo descumprimento de suas diretrizes;
- m) hipóteses de cancelamento e extinção prematura.

16.2 – Ao preço do primeiro colocado poderão ser registrados tantos fornecedores quantos necessários para que, em função de propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total estimada para o item ou lote, observando-se o seguinte:

- a) o preço registrado e a indicação dos respectivos fornecedores serão divulgados em órgão oficial da Administração e no sítio oficial da Prefeitura, ficando disponibilizados durante a vigência da ata de registro de preços.
- b) quando das contratações decorrentes do registro de preços deverá ser respeitada a ordem de classificação das empresas constantes da ata.
- c) os órgãos participantes do registro de preços, quando da necessidade de contratação, deverão recorrer ao órgão gerenciador da ata de registro de preços, para que este proceda à indicação do fornecedor e respectivos preços a serem praticados.

16.3 – A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, a licitante se obriga a cumprir, na sua íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeita, inclusive, às penalidades pelo cumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

16.4 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a execução do objeto pretendido, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.



16.5 – O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

- a) for atestado o descumprimento das condições da Ata de Registro de Preços;
- b) o contrato ou documento equivalente não for firmado no prazo estabelecido pela Administração;
- c) o prestador de serviço registrado não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração, nos termos do art. 87, IV, da Lei Federal nº 8.666/1993;
- e) for impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do art. 7º, da Lei Federal nº 10.520/2002.

16.5.1 – O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

16.5.2 – Havendo cancelamento do registro de preços, o órgão gerenciador deverá, observada a ordem de classificação, convocar os demais fornecedores e prestadores registrados para manifestar interesse na assunção do registro nos termos da proposta vencedora.

16.6 – Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da ata.

16.7 – A utilização da Ata de Registro de Preços por órgão não participante está sujeita à prévia autorização do órgão gerenciador, devendo ser observados os limites e diretrizes fixados no Decreto Municipal nº 5.267/2021.

16.8 – A autorização do órgão gerenciador deverá levar em consideração a observância dos limites individual e global previstos nos subitens 16.11 e 16.12, além da necessidade de garantia da capacidade de fornecimento e observância da economia de escala.

16.9 – A solicitação de adesão deverá observar o disposto no Decreto Municipal nº 5.267/2021.

16.10 – Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento.

16.11 – O limite individual de cada órgão ou entidade não participante será de 50% (cinquenta por cento) do quantitativo registrado, conforme Decreto Municipal nº 5.267/2021.

16.12 – O conjunto de solicitação de adesão, independentemente do órgão ou entidade solicitante, não poderá exceder ao dobro do quantitativo registrado, conforme Decreto Municipal nº 5.267/2021.

16.13 – A ata de registro de preço decorrente do presente procedimento terá o prazo de validade de 12 (doze) meses.

17 – DAS ALTERAÇÕES DA ATA

17.1 – A Ata de Registro de Preços resultante da presente licitação poderá ser modificada pelo Município, sendo obedecidas as disposições contidas no artigo 65 e seus respectivos parágrafos, ambos da Lei Federal nº 8.666/1993.



17.2 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

17.3 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

- a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

17.4 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador deverá liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de qualquer penalidade, desde que a comunicação ocorra antes da autorização de fornecimento e seja comprovada a veracidade das informações prestadas.

17.5 – Nas hipóteses descritas nos subitens 17.3 e 17.4, caso reste inviabilizada a concretização da contratação com o fornecedor ou prestador de serviço registrado, o órgão gerenciador deverá, observada a ordem de classificação, convocar os demais fornecedores e prestadores registrados para manifestar interesse na assunção do registro nos termos da proposta vencedora.

17.6 – Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

18 - DA FISCALIZAÇÃO

18.1 - A fiscalização do cumprimento do objeto da presente licitação ficará a cargo do Órgão Requisitante.

18.2 - Os atos da fiscalização realizados pelo Município não eximirão a empresa a ser contratada de qualquer responsabilidade decorrentes da execução do contrato.

19 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

18.1 - A inexecução do objeto, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração, sujeita a licitante vencedora, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor da parcela em atraso;
- c) multa de 5% (cinco por cento) incidirá sobre o valor total do contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento);
- d) multa de 20% (vinte por cento) do valor total em caso de rescisão por culpa da CONTRATADA;
- e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo máximo de 02 (dois) anos;
- f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade prevista no subitem anterior, que será concedida sempre que a empresa ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea “e”, observado quando for o caso, o disposto no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.



19.1.1 - A imposição de multa até o valor de 250 UFIR/RJ é de competência do Secretário(a) Municipal Titular da Pasta ou autoridade equiparada, assegurados a ampla defesa e o contraditório. A aplicação das demais sanções será da competência do Chefe do Poder Executivo, conforme Decreto Municipal nº 5.267/2021.

19.1.2 - A penalidade de advertência poderá ser aplicada pela comissão de fiscalização, nos moldes do Decreto Municipal nº 5.267/2021.

19.1.3 - A empresa será notificada sobre a anotação da infração e terá 5 (cinco) dias úteis para apresentar sua defesa, contados da data do recebimento da notificação sendo o prazo ampliado para 10 (dez) dias na hipótese prevista na alínea “f” do caput deste item.

19.1.4 - Cada uma das sanções previstas nas alíneas “a”, “e” e “f” do subitem 18.1 poderão ser aplicadas juntamente com as constantes na letra “b”, “c” e “d”.

19.1.5 - Os valores das multas serão deduzidos da garantia prestada, mas caso essa não tenha se verificado ou sendo insuficiente, será promovido desconto correspondente sobre o primeiro documento de cobrança apresentado pela contratada após aplicação da sanção, permanecendo o desconto sobre os pagamentos sucessivos até completa quitação.

19.1.6 - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

19.1.7 - A aplicação das sanções prevista neste item observará o disposto no Decreto Municipal nº 5.267/2021.

19.1.8 - O prazo do impedimento, da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade e os limites dispostos no art. 7º, da Lei Federal nº 10.520/2002 e no art. 87, III, da Lei Federal nº 8.666/1993.

20 - RESCISÃO

19.1 - A rescisão das obrigações decorrentes do presente Pregão se processará de acordo com o que estabelecem os artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/1993.

21 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

21.1 - O Município fará o pagamento, por meio de depósito em conta bancária a ser indicada pela contratada e aceita pelo Município.

21.2 - Para fins de pagamento, prevalecerá o valor correspondente à entrega efetiva do objeto da licitação, nos exatos termos exigidos pelas diretrizes fixadas no Termo de Referência.

21.3 - Eventuais discrepâncias no objeto entregue poderão acarretar glosa no valor da solicitação de pagamento.

21.4 - O pagamento se realizará mediante encaminhamento de pedido próprio observado o disposto no Decreto Municipal nº 4.481/2017.

21.5 - O prazo de pagamento é de até 30 (trinta) dias, contados da data final do período do adimplemento da obrigação, devendo a contratada promover a entrada do pedido de pagamento, obedecidos o disposto no art. 40, XIV, “a”, da Lei Federal nº 8.666/1993.

21.6 - Caso se faça necessária à representação de qualquer fatura por culpa da contratada, o prazo de 30 (trinta) dias, ficará suspenso, voltando a contar de onde parou a partir da data da respectiva reapresentação.

21.7 - Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à contratada, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo **IGPM** e serão acrescidos de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.

21.8 – Os pagamentos realizados pelo Município em prazo inferior ao estabelecido serão realizados mediante desconto de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

21.9 - No caso de atraso de pagamento por motivo atribuível ao Município, será devido o pagamento de 0,1% (um décimo por cento) ao mês, caso inexistir justificativa adequada para a ocorrência do atraso.



22 - ESTIMATIVA DE PREÇOS

22.1 - O preço global para a execução do objeto desta licitação foi estimado pela Administração Municipal em **R\$ 5.324.659,20 (Cinco milhões, trezentos e vinte e quatro mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e vinte centavos)** conforme especificações do Termo de Referência.

22.2. Os preços que vierem a ser contratualmente pactuados serão irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses a contar da data base utilizada para formulação da proposta. Os eventuais reajustes seguintes que sejam necessários só poderão ocorrer, mediante expresse requerimento do contratado, com periodicidade anual e deverão utilizar o índice _____ (índice de reajuste).

23 - DA GARANTIA

23.1 - Exigir-se-á do licitante vencedor GARANTIA CONTRATUAL, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data da assinatura do contrato, uma garantia, a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo § 1º, art. 56 da Lei Federal nº 8.666/1993, da ordem de 2 % (dois por cento) do valor do contrato, a ser restituída após sua execução satisfatória.

23.1.1 - A garantia, qualquer que seja a modalidade apresentada pelo vencedor do certame, devesse contemplar a cobertura para os seguintes eventos:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
- b) multas punitivas aplicadas pela fiscalização a contratada;
- c) prejuízos diretos causados a contratante decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- d) obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela contratada.

23.2 - A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

23.3 - Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei Federal nº 8.666/1993, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, para que seja mantido o percentual de 02% (dois por cento) do valor do Contrato.

23.4 - Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 72 (setenta e duas) horas, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

23.5 - O levantamento da garantia contratual por parte do contratado somente se dará após o recebimento definitivo do objeto e a comprovação do adimplemento de todas as obrigações trabalhistas, inclusive FGTS, relativas a mão de obra empregada na execução do contrato.

24 - DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1 - No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas ou aqueles relacionados aos documentos de habilitação, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

24.2 - A apresentação da proposta de preços implica na aceitação plena e total das condições deste Pregão, sujeitando-se o licitante às sanções previstas na Lei Federal nº 10.520/2002 e na Lei Federal nº 8.666/1993.

24.3 - Quaisquer elementos, informações e esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados pelo Pregoeiro Oficial e membros da Equipe de Apoio, Servidores da CPL, situada Rua: Juiz Emilio Carmo, 50 – Centro - Paracambi/RJ, tel.: (21) 2683-9103 – 2683-9115, no horário de 10:00 às 16:00 horas.

24.4 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.

24.5 - O Município não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade do contratado para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

24.6 - Não havendo expediente na CPL, na data marcada, o certame licitatório realizará-se-á no primeiro dia útil subsequente na mesma hora e local.

24.7 - Nos casos em que houver necessidade de autenticação dos documentos por servidor lotado na CPL, descritos no item 9.2, os mesmos poderão ser entregues na sala da CPL para sua autenticação, até o dia útil que anteceda a entrega dos envelopes, no balcão de atendimento da CPL.



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação – CPL

24.8 - Na contagem dos prazos estabelecidos no procedimento licitatório, serão observados no art. 110 e seu parágrafo da Lei Federal nº 8.666/1993.

24.9 - A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiro, de acordo com o art. 49 da Lei Federal nº 8.666/1993, assegurado o direito de prévia defesa sobre os motivos apresentados para a prática do ato de revogação ou anulação.

24.10 - Integram este Edital os seguintes Documentos:

Este Edital está dividido nas partes A, B e anexos abaixo descritos:

Parte A - Informações específicas sobre o Edital;

Parte B - Procedimentos da licitação;

Anexos:

Parte A	-	Informações Específicas sobre o Edital
Parte B	-	Procedimentos da Licitação
Anexo 1	-	Formulário Oficial de Proposta
Anexo 2	-	Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação
Anexo 3	-	Modelo de Declaração
Anexo 4	-	Modelo de Carta de Credenciamento
Anexo 5	-	Declaração de Beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006
Anexo 6	-	Termo de Referência
Anexo 7	-	Minuta da Ata de SRP
Anexo 8	-	Minuta de Contrato

Paracambi, ____ de _____ de 20__.

Agente responsável pela elaboração do edital

ANEXO 1
FORMULÁRIO OFICIAL DE PROPOSTA
AMPLA PARTICIPAÇÃO

LICITAÇÃO Nº ____/CPL/2022.

PROCESSO N.º 3826/2022

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - SRP

JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação – CPL

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS, PARA ATENDER DENTRO DO MUNICÍPIO DE PARACAMBI/RJ.

EMPRESA:

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

BANCO/AGÊNCIA:

CONTA BANCÁRIA:

EMAIL:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR MENSAL R\$	VALOR TOTAL ANUAL R\$
01	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS, NO RESTRITOS LIMITES TERRITORIAIS DO MUNICÍPIO DE PARACAMBI/RJ. EMPRESA ESPECIALIZADA EM TRANSPORTE COLETIVO, NO ÂMBITO MUNICIPAL, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES POR MEIO DE VEÍCULOS TIPO ÔNIBUS (ÔNIBUS ACIMA DE 38 LUGARES E MICRO ÔNIBUS ACIMA DE 21 LUGARES), INCLUINDO VEÍCULOS, COMBUSTÍVEL E MOTORISTAS DEVIDAMENTE HABILITADOS, PARA ATENDER OS CIDADÃOS QUE NECESSITAM SE LOCOMOVER DENTRO DO MUNICÍPIO DE PARACAMBI/RJ. L01 – JARDIM NOVA ERA X GUARAJUBA X LAGES L02 – JARDIM NOVA ERA X LAGES X GUARAJUBA L03 – PARACAMBI X SAUDOSO L04 – PARACAMBI X PONTE COBERTA L05 – PARACAMBI X CASCATA L06 – PARACAMBI X SABUGO	MÊS	12		
VALOR TOTAL ANUAL:					

OBS: DEVERÁ SER JUNTADA AS PLANILHAS DE CUSTOS ANEXO A PROPOSTA OFICIAL DE PREÇOS.

PRAZO PARA EXECUÇÃO: 12 MESES.

Data:

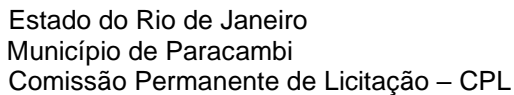
Validade da Proposta: 60 dias.

Carimbo de CNPJ
Assinatura do Representante Legal da Empresa devidamente identificado

ANEXO 1.1

PLANILHA DE VALORES E QUANTITATIVOS

ITEM 01	<i>Registro de Preços para futura e eventual Locação de Veículos tipo ÔNIBUS URBANO com motorista e combustível para atendimento específico ao Transporte Público de Passageiros em diversas localidades do Município de Paracambi.</i>
---------	---



Linhas Atendidas	Qtd de Km percorrido por linha/viagem	Nº de viagens da locação	Km percorrido por dia/locação	Km percorrido por mês/locação	Km percorrido por ano/locação	Valor por Km percorrido	Valor Mensal	Valor Anual
DETALHAMENTO DESTE ITEM								
L01: JARDIM NOVA ERA X GUARAJUBA X LAGES	21 km	25	525 km	11.550 km	138.600 km			
L01: JARDIM NOVA ERA X GUARAJUBA X LAGES (FDS)	21 km	13	273 km	2.184 km	26.208 km			
L02: JARDIM NOVA ERA X LAGES X GUARAJUBA	21 km	23	483 km	10.626 km	127.512 km			
L02: JARDIM NOVA ERA X LAGES X GUARAJUBA (FDS)	21 km	11	231 km	1.848 km	22.176 km			
L03: PARACAMBI X SAUDOSO	16, 7 km	03	50,1 km	1.503 km	18.036 km			
L04: PARACAMBI X PONTE COBERTA	97 km	03	291 km	8.730 km	104.760 km			
L05: PARACAMBI X CASCATA	7,5 km	11	82,5 km	2.475 km	29.700			
L06: PARACAMBI X SABUGO	7 km	06	42 km	1.260 km	15.120 km			
L07: PARACAMBI X BOM JARDIM	14 km	14	196 km	5.880 km	70.560 km			
L08: PARACAMBI X SÃO JOSE	18,4 km	03	55,2 km	1.656 km	19.872 km			
Total:								
Km total percorrido por ano								
Valor Total Anual (Valor Km percorrido x Km total percorrido por ano)								
Observação: Para o atendimento da demanda supracitada, serão necessários 7 carros								



PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS (MOTORISTA ONIBUS)

PREENCHER UMA PLANILHA PARA CADA POSTO DE SERVIÇO

I	SERVIÇO	HORAS SEMANAIS

II	MÃO DE OBRA		
	Remuneração	%	valor (R\$)
1	Salário	100,00%	
2	Hora Extra	%	R\$
3	Adicional(Periculosidade / insalubridade)	%	R\$
4	Adicional Noturno	%	R\$
5	OUTROS (ESPECIFICAR)	%	
	Total de Remuneração	100,00%	

Obs.: A inclusão destes itens na composição dos insumos dependerá das peculiaridades de cada Contrato e do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de trabalho

III	ENCARGOS SOCIAIS (Incidentes sobre o valor da remuneração)	VALOR
Grupo "A"		
01 - INSS		
02 - Sesi ou Sesc		
03 - SENAI ou SENAC		
04 - INCRA		
05 - SALÁRIO EDUCAÇÃO		
06 - FGTS		
07 - Seguro Acidente do Trabalho / DAT / INSS		
08 - SEBRAE		
Grupo "B":		
09 - Férias		
10 - Auxílio Doença		
11 - Licença Maternidade / Paternidade		
13 - Faltas Legais		
14 - Acidente de Trabalho		
15 - Aviso Prévio		
16 - 13º salário		
Grupo "C"		
17 - Aviso Prévio Indenizado		
18 - Indenização Adicional		
19 - Indenização (Rescisões sem justa causa)		
Grupo "D":		
20 - incidência dos encargos do grupo "A" sobre os itens do grupo "B"		
Grupo "E":		
21 - incidência do grupo "A" sobre o item 17 do grupo "C"		

VALOR DOS ENCARGOS SOCIAIS -		
------------------------------	--	--

VALOR DA MÃO DE OBRA (Remuneração + Encargos Sociais):	
--	--

IV	BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		
1	Auxílio alimentação		
2	Transporte		
	Dedução Legal (Base de Cálculo - limite de 6% do salário básico)		



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação – CPL

3	Seguro de vida		
4	OUTROS (ESPECIFICAR)		
	Total dos Benefícios		
Obs.: A inclusão destes itens na composição dos insumos dependerá das peculiaridades de cada Contrato e do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de trabalho			

V	Insumos (Valores serão distribuídos de acordo com o número de _____)		Valor (R\$)
1	Uniformes		
2	Equipamentos		

VI	CUSTOS INDIRETOS E LUCRO		Valor (R\$)
1	Despesas Administrativas / Operacionais	0%	-
2	Lucro	0%	-
	Valor dos Custos Indiretos e Lucro (1 + 2)	0%	-

Quadro com Detalhamento de Encargos Sociais e Trabalhistas

VII	TRIBUTOS	%	Valor
1	IRPJ		
2	PIS		
3	COFINS		
4	ISSQN		
5	Contribuição Social		
6	Outros		-
	Total de Tributos		

VIII	PREÇO MENSAL (Mão de obra + Benefícios + Insumos + Custos Indiretos e Lucro + Tributos)	Valor unit. (R\$)	R\$
------	--	-------------------	-----



PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS (MICRO ONIBUS)

PREENCHER UMA PLANILHA PARA CADA POSTO DE SERVIÇO

I	SERVIÇO	HORAS SEMANAIS

II	MÃO DE OBRA		
	Remuneração	%	
1	Salário	100,00%	
2	Hora Extra	%	
3	Adicional(Periculosidade / insalubridade)	%	
4	Adicional Noturno	%	
5	OUTROS (ESPECIFICAR)	%	
	Total de Remuneração	100,00%	
Obs.: A inclusão destes itens na composição dos insumos dependerá das peculiaridades de cada Contrato e do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de trabalho			

III	ENCARGOS SOCIAIS (Incidentes sobre o valor da remuneração)	VALOR
Grupo "A"		
	01 - INSS	
	02 - Sesi ou Sesc	
	03 - SENAI ou SENAC	
	04 - INCRA	
	05 - SALÁRIO EDUCAÇÃO	
	06 - FGTS	
	07 - Seguro Acidente do Trabalho / DAT / INSS	
	08 - SEBRAE	
Grupo "B":		
	09 - Férias	
	10 - Auxílio Doença	
	11 - Licença Maternidade / Paternidade	
	13 - Faltas Legais	
	14 - Acidente de Trabalho	
	15 - Aviso Prévio	
	16 - 13º salário	
Grupo "C"		
	17 - Aviso Prévio Indenizado	
	18 - Indenização Adicional	
	19 - Indenização (Rescisões sem justa causa)	
Grupo "D":		
	20 - incidência dos encargos do grupo "A" sobre os itens do grupo "B"	
Grupo "E":		
	21 - incidência do grupo "A" sobre o item 17 do grupo "C"	

VALOR DOS ENCARGOS SOCIAIS -		
-------------------------------------	--	--



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação – CPL

VALOR DA MÃO DE OBRA (Remuneração + Encargos Sociais):

IV	BENEFÍCIOS MENSALIS E DIÁRIOS	Dias Trabalhados/Mês	Valor (R\$)
1	Auxílio alimentação		
2	Transporte		
	Dedução Legal (Base de Cálculo - limite de 6% do salário básico)		
3	Seguro de vida		R\$
4	OUTROS (ESPECIFICAR)		R\$
	Total dos Benefícios		

Obs.: A inclusão destes itens na composição dos insumos dependerá das peculiaridades de cada Contrato e do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de trabalho

V	Insumos (Valores serão distribuídos de acordo com o número de _____)		Valor (R\$)
1	Uniformes	4	R\$
2	Equipamentos		R\$
3	Materiais		R\$
4	OUTROS (ESPECIFICAR)		R\$
	Total de Insumos		R\$

Obs.: A inclusão destes itens na composição dos insumos dependerá das peculiaridades de cada Contrato e do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de trabalho

VI	CUSTOS INDIRETOS E LUCRO		Valor (R\$)
1	Despesas Administrativas / Operacionais		-
2	Lucro		-
	Valor dos Custos Indiretos e Lucro (1 + 2)		

Quadro com Detalhamento de Encargos Sociais e Trabalhistas

VII	TRIBUTOS	%	Valor
1	IRPJ	0,00%	-
2	PIS	0,65%	25,44
3	COFINS	3,00%	117,43
4	ISSQN	5,00%	195,71
5	Contribuição Social	0,00%	-
6	Outros	0,00%	-
	Total de Tributos	8,65%	

VIII	PREÇO MENSAL (Mão de obra + Benefícios + Insumos + Custos Indiretos e Lucro + Tributos)	Valor unit. (R\$)	
------	---	-------------------	--



PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS (MECANICO)

PREENCHER UMA PLANILHA PARA CADA POSTO DE SERVIÇO

I	SERVIÇO	HORAS SEMANAIS

II	MÃO DE OBRA		
	Remuneração		Valor (R\$)
1	Salário		
2	Hora Extra		
3	Adicional(Periculosidade / insalubridade)		
4	Adicional Noturno		
5	OUTROS (ESPECIFICAR)		
	Total de Remuneração		
Obs.: A inclusão destes itens na composição dos insumos dependerá das peculiaridades de cada Contrato e do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de trabalho			

III	ENCARGOS SOCIAIS (Incidentes sobre o valor da remuneração)	VALOR
Grupo "A"		
01 - INSS		
02 - Sesi ou Sesc		
03 - SENAI ou SENAC		
04 - INCRA		
05 - SALÁRIO EDUCAÇÃO		
06 - FGTS		
07 - Seguro Acidente do Trabalho / DAT / INSS		
08 - SEBRAE		
Grupo "B":		
09 - Férias		
10 - Auxílio Doença		
11 - Licença Maternidade / Paternidade		
13 - Faltas Legais		
14 - Acidente de Trabalho		
15 - Aviso Prévio		
16 - 13º salário		
Grupo "C"		
17 - Aviso Prévio Indenizado		
18 - Indenização Adicional		
19 - Indenização (Rescisões sem justa causa)		
Grupo "D":		
20 - incidência dos encargos do grupo "A" sobre os itens do grupo "B"		
Grupo "E":		
21 - incidência do grupo "A" sobre o item 17 do grupo "C"		



VALOR DOS ENCARGOS SOCIAIS -		
-------------------------------------	--	--

VALOR DA MÃO DE OBRA (Remuneração + Encargos Sociais):	
---	--

IV	BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS	Dias Trabalhados/Mês	Valor (R\$)
1	Auxílio alimentação		
2	Transporte		
	Dedução Legal (Base de Cálculo - limite de 6% do salário básico)		
3	Seguro de vida		
4	OUTROS (ESPECIFICAR)		
	Total dos Benefícios		
Obs.: A inclusão destes itens na composição dos insumos dependerá das peculiaridades de cada Contrato e do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de trabalho			

V	Insumos (Valores serão distribuídos de acordo com o número de _____)		Valor (R\$)
1	Uniformes		
2	Equipamentos		
3	Materiais		
4	OUTROS (ESPECIFICAR)		
	Total de Insumos		
Obs.: A inclusão destes itens na composição dos insumos dependerá das peculiaridades de cada Contrato e do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de trabalho			

VI	CUSTOS INDIRETOS E LUCRO		Valor (R\$)
1	Despesas Administrativas / Operacionais		
2	Lucro		
	Valor dos Custos Indiretos e Lucro (1 + 2)		

Quadro com Detalhamento de Encargos Sociais e Trabalhistas

VII	TRIBUTOS	%	Valor
1	IRPJ		-
2	PIS		
3	COFINS		
4	ISSQN		
5	Contribuição Social		
6	Outros		
	Total de Tributos		

VIII	PREÇO MENSAL (Mão de obra + Benefícios + Insumos + Custos Indiretos e Lucro + Tributos)	Valor unit. (R\$)	R\$
------	---	-------------------	-----



PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS (BORRACHEIRO)

PREENCHER UMA PLANILHA PARA CADA POSTO DE SERVIÇO

I	SERVIÇO	HORAS SEMANAIS

II	MÃO DE OBRA		
	Remuneração	%	Valor (R\$)
1	Salário	100,00%	1.600,00
2	Hora Extra	%	R\$
3	Adicional(Periculosidade / insalubridade)	%	R\$
4	Adicional Noturno	%	R\$
5	OUTROS (ESPECIFICAR)	%	R\$
	Total de Remuneração	100,00%	1.600,00

Obs.: A inclusão destes itens na composição dos insumos dependerá das peculiaridades de cada Contrato e do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de trabalho

III	ENCARGOS SOCIAIS (Incidentes sobre o valor da remuneração)	VALOR
Grupo "A"		
01 - INSS		
02 - SESI ou SESC		
03 - SENAI ou SENAC		
04 - INCRA		
05 - SALÁRIO EDUCAÇÃO		
06 - FGTS		
07 - Seguro Acidente do Trabalho / DAT / INSS		
08 - SEBRAE		
Grupo "B":		
09 - Férias		
10 - Auxílio Doença		
11 - Licença Maternidade / Paternidade		
13 - Faltas Legais		
14 - Acidente de Trabalho		
15 - Aviso Prévio		
16 - 13º salário		
Grupo "C"		
17 - Aviso Prévio Indenizado		
18 - Indenização Adicional		
19 - Indenização (Rescisões sem justa causa)		



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação – CPL

Grupo "D":		
20 - incidência dos encargos do grupo "A" sobre os itens do grupo "B"		
Grupo "E":		
21 - incidência do grupo "A" sobre o item 17 do grupo "C"		

VALOR DOS ENCARGOS SOCIAIS -		
-------------------------------------	--	--

VALOR DA MÃO DE OBRA (Remuneração + Encargos Sociais):	
---	--

IV	BENEFÍCIOS MENSALIS E DIÁRIOS	Dias Trabalhados/Mês	Valor (R\$)
1	Auxílio alimentação		
2	Transporte		
	Dedução Legal (Base de Cálculo - limite de 6% do salário básico)		
3	Seguro de vida		
4	OUTROS (ESPECIFICAR)		
	Total dos Benefícios		
Obs.: A inclusão destes itens na composição dos insumos dependerá das peculiaridades de cada Contrato e do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de trabalho			

V	Insumos (Valores serão distribuídos de acordo com o número de _____)		Valor (R\$)
1	Uniformes		
2	Equipamentos		
3	Materiais		
4	OUTROS (ESPECIFICAR)		
	Total de Insumos		
Obs.: A inclusão destes itens na composição dos insumos dependerá das peculiaridades de cada Contrato e do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de trabalho			

VI	CUSTOS INDIRETOS E LUCRO		Valor (R\$)
1	Despesas Administrativas / Operacionais	10%	296,51
2	Lucro	10%	296,51
	Valor dos Custos Indiretos e Lucro (1 + 2)		

Quadro com Detalhamento de Encargos Sociais e Trabalhistas

VII	TRIBUTOS	%	Valor
1	IRPJ		-
2	PIS		
3	COFINS		
4	ISSQN		
5	Contribuição Social		
6	Outros		
	Total de Tributos		

VIII	PREÇO MENSAL (Mão de obra + Benefícios + Insumos + Custos Indiretos e Lucro + Tributos)	Valor unit. (R\$)	R\$
------	--	-------------------	-----



PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS (MANOBRISTA)

PREENCHER UMA PLANILHA PARA CADA POSTO DE SERVIÇO

I	SERVIÇO	HORAS SEMANAIS

II	MÃO DE OBRA
	Remuneração
1	Salário
2	Hora Extra
3	Adicional(Periculosidade / insalubridade)
4	Adicional Noturno
5	OUTROS (ESPECIFICAR)
	Total de Remuneração

Obs.: A inclusão destes itens na composição dos insumos dependerá das peculiaridades de cada Contrato e do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de trabalho

III	ENCARGOS SOCIAIS (Incidentes sobre o valor da remuneração)	VALOR
Grupo "A"		
01 - INSS		
02 - SESI ou SESC		
03 - SENAI ou SENAC		
04 - INCRA		
05 - SALÁRIO EDUCAÇÃO		
06 - FGTS		
07 - Seguro Acidente do Trabalho / DAT / INSS		
08 - SEBRAE		
Grupo "B":		
09 - Férias		
10 - Auxílio Doença		
11 - Licença Maternidade / Paternidade		
13 - Faltas Legais		
14 - Acidente de Trabalho		
15 - Aviso Prévio		
16 - 13º salário		
Grupo "C"		



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação – CPL

17 - Aviso Prévio Indenizado		
18 - Indenização Adicional		
19 - Indenização (Rescisões sem justa causa)		
Grupo "D":		
20 - incidência dos encargos do grupo "A" sobre os itens do grupo "B"		
Grupo "E":		
21 - incidência do grupo "A" sobre o item 17 do grupo "C"		

VALOR DOS ENCARGOS SOCIAIS -		
-------------------------------------	--	--

VALOR DA MÃO DE OBRA (Remuneração + Encargos Sociais):	
---	--

IV	BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS	Dias Trabalhados/Mês	Valor (R\$)
1	Auxílio alimentação	30	R\$ 350,00
2	Transporte	30	R\$ 178,20
	Dedução Legal (Base de Cálculo - limite de 6% do salário básico)		R\$ 127,80
3	Seguro de vida		R\$ 10,00
4	OUTROS (ESPECIFICAR)		R\$
	Total dos Benefícios		
Obs.: A inclusão destes itens na composição dos insumos dependerá das peculiaridades de cada Contrato e do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de trabalho			

V	Insumos (Valores serão distribuídos de acordo com o número de _____)		Valor (R\$)
1	Uniformes	4	R\$ 100,00
2	Equipamentos		R\$
3	Materiais		R\$
4	OUTROS (ESPECIFICAR)		R\$
	Total de Insumos		R\$ 100,00
Obs.: A inclusão destes itens na composição dos insumos dependerá das peculiaridades de cada Contrato e do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de trabalho			

VI	CUSTOS INDIRETOS E LUCRO		Valor (R\$)
1	Despesas Administrativas / Operacionais	10%	391,42
2	Lucro	10%	391,42
	Valor dos Custos Indiretos e Lucro (1 + 2)	20%	R\$ 782,84

Quadro com Detalhamento de Encargos Sociais e Trabalhistas

VII	TRIBUTOS	%	Valor
1	IRPJ	0,00%	-
2	PIS	0,65%	25,44



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação – CPL

3	COFINS	3,00%	117,43
4	ISSQN	5,00%	195,71
5	Contribuição Social	0,00%	-
6	Outros	0,00%	-
Total de Tributos		8,65%	338,58

VIII	PREÇO MENSAL (Mão de obra + Benefícios + Insumos + Custos Indiretos e Lucro + Tributos)	Valor unit. (R\$)	R\$ 5.035,61
------	--	-------------------	--------------

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS (AUX. SERVIÇOS GERAIS)

PREENCHER UMA PLANILHA PARA CADA POSTO DE SERVIÇO

I	SERVIÇO	HORAS SEMANAIS

II	MÃO DE OBRA
	Remuneração
1	Salário
2	Hora Extra
3	Adicional(Periculosidade / insalubridade)
4	Adicional Noturno
5	OUTROS (ESPECIFICAR)
	Total de Remuneração

Obs.: A inclusão destes itens na composição dos insumos dependerá das peculiaridades de cada Contrato e do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de trabalho

III	ENCARGOS SOCIAIS (Incidentes sobre o valor da remuneração)	VALOR
Grupo "A"		
01 - INSS		
02 - SESI ou SESC		
03 - SENAI ou SENAC		
04 - INCRA		
05 - SALÁRIO EDUCAÇÃO		
06 - FGTS		
07 - Seguro Acidente do Trabalho / DAT / INSS		
08 - SEBRAE		
Grupo "B":		



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação – CPL

09 - Férias		
10 - Auxílio Doença		
11 - Licença Maternidade / Paternidade		
13 - Faltas Legais		
14 - Acidente de Trabalho		
15 - Aviso Prévio		
16 - 13º salário		
Grupo "C"		
17 - Aviso Prévio Indenizado		
18 - Indenização Adicional		
19 - Indenização (Rescisões sem justa causa)		
Grupo "D":		
20 - incidência dos encargos do grupo "A" sobre os itens do grupo "B"		
Grupo "E":		
21 - incidência do grupo "A" sobre o item 17 do grupo "C"		

VALOR DOS ENCARGOS SOCIAIS -		
-------------------------------------	--	--

VALOR DA MÃO DE OBRA (Remuneração + Encargos Sociais):	
---	--

IV	BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS	Dias Trabalhados/Mês	Valor (R\$)
1	Auxílio alimentação		
2	Transporte		
	Dedução Legal (Base de Cálculo - limite de 6% do salário básico)		
3	Seguro de vida		
4	OUTROS (ESPECIFICAR)		
	Total dos Benefícios		
Obs.: A inclusão destes itens na composição dos insumos dependerá das peculiaridades de cada Contrato e do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de trabalho			

V	Insumos (Valores serão distribuídos de acordo com o número de _____)		Valor (R\$)
1	Uniformes	4	R\$ 100,00
2	Equipamentos		R\$
3	Materiais		R\$
4	OUTROS (ESPECIFICAR)		R\$
	Total de Insumos		
Obs.: A inclusão destes itens na composição dos insumos dependerá das peculiaridades de cada Contrato e do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de trabalho			

VI	CUSTOS INDIRETOS E LUCRO		Valor (R\$)
1	Despesas Administrativas / Operacionais	10%	268,61
2	Lucro	10%	268,61
	Valor dos Custos Indiretos e Lucro (1 + 2)	20%	

Quadro com Detalhamento de Encargos Sociais e Trabalhistas

VII	TRIBUTOS	%	Valor
1	IRPJ	0,00%	-

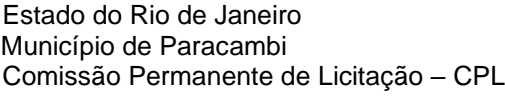


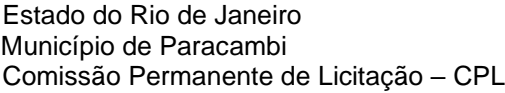
Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação – CPL

2	PIS	0,65%	17,46
3	COFINS	3,00%	80,58
4	ISSQN	5,00%	134,30
5	Contribuição Social	0,00%	-
6	Outros	0,00%	
	Total de Tributos	8,65%	

VIII	PREÇO MENSAL (Mão de obra + Benefícios + Insumos + Custos Indiretos e Lucro + Tributos)	Valor unit. (R\$)	R\$
-------------	--	-------------------	------------

Trajeto	Frequência da Semana	Descrição do Veículo	Número de Viagens	Número de Pneus	Número de Veículos por Linha	Número de Motoristas por Linha
L 01 - Cascata x Sabugo x Com tres horarios Bairro Saldoso	Segunda à Domingo	MICRO-ÔNIBUS	11	6	1	2
L 02 - Bairro Jardim Nova Era X Chacrinha X Bom Jardim	Segunda à Sexta	ÔNIBUS	18	6	1	2
L 02 - Bairro Jardim Nova Era X Chacrinha X Bom Jardim	Segunda à Sexta	MICRO-ÔNIBUS	18	6	1	2
L 02 - Bairro Jardim Nova Era X Chacrinha X Bom Jardim	Sábado e Domingo	ÔNIBUS	9	6	1	0

[illegible]



Consumo e quilometragem					
Quilometragem Percorrida por dia	Quilometragem Percorrida por Mês	Valor do Diesel	Consumo Km/L	Custo Consumo R\$/Km	Valor do Combustível



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação – CPL

CUSTOS FIXOS + CUSTOS VARIÁVEIS	Média de Impostos por emissão de NF, considerando Micro Empresa (22%)	Total Mensal	Total Anual



TOTAIS

--	--

FOLHA DE INFORMAÇÕES

EM COMPLEMENTO ÀS INFORMAÇÕES CONTIDAS NO TENDO DE
REFERÊNCIA, SEGUEM ABAIXO INFORMAÇÕES REFERENTES À ESTIMATIVA
DE PERCURSO DIÁRIO:

ANEXO II

LINHA 01 JARDIM NOVA ERA X GUARAJUBA X LAGES (CIRCULAR) 22 DIAS UTEIS	
MUNICÍPIO DE ORIGEM:	PARACAMBI
EXTENSÃO TOTAL DO PERCURSO:	21 KM



TOTAL APROXIMADO KM/DIA:	525 KM /DIA (SOMA DOIS VEICULOS)
TOTAL APROXIMADO KM/MÊS: *	11 550 KM/MES CONSIDERANDO 22 DIAS (SOMA DOS DOIS VEICULOS)
NÚMERO MÉDIO DE VIAGENS DIA :*	25 VIAGENS DE IDAEVOLTA/DIA (DOIS VEICULOS)
NÚMERO DE VEÍCULO:	02 VEÍCULO
ESPECIFICAÇÃO DOS VEÍCULOS	TIPO:ÔNIBUS LOTAÇÃO: 70 PASSAGEIROS SENTADOS E EM PE MOTORIZAÇÃO MÍNIMA: 200 CV EQUIPAMENTO:AR CONDICIONADO E TACÓGRAFO VELOCIDADE MÁXIMA: 2 ANOS(DOIS)ANOS DE USO DEVIDAMENTE REGISTRADO E VISTORIADO PELO DETRAN
LOCAL HORÁRIO DE SAÍDA:	JARDIN NOVA ERA
PERCURSO 1:SAÍDA DO PONTO: JARDIM NOVA ERA, RUA ANTURIOS ,RUA CRAVOS ,RUA DA AZALEIAS ,RUA PROFESSOR MOACYR FRANCO, RUA RIO DE JANEIRO, ESTRADA RJ 127, AMÉRICO RODRIGUES FERREIRA, AVENIDA DOS OPERÁRIOS, RUA DOMINIQUE LEVEL, RUA CORONEL OTHON, RUA DR SOARES FILHO, FAZ O RETORNO NO CENTRO DE PARACAMBI ACESSANDO A RUA DÉLIO BASÍLIO LEAL E VOLTANDO A RUA DOMINIQUE LEVEL, CORONEL OTHON, RJ 127, ACESSANDO A RUA SÃO JORGE,RUA SAO JUDAS TADEU, RUA GENERAL ZEDA, RUA SÃO PAULO, RETORNO NA RUA SANTA TERESINHA, ACESSANDO RJ 127, ENTRANDO À DIREITA NA RUA DEPUTADO ROMEU NATAL,RUA PASTOR JOSUE ANTONIO DELON,PLINIO ALVES DE MOURA ,PREFEITO BENTO BARBOSA ,JUCELINO KUBITSHEC ,RUA JONAS LEAL,LEAL DE CARVALHO,RUA PREFEITO BENTO BARBOSA , MAXIMIANO DE CARVALHO, RUA OTON DOS SANTOS RUA ORMINDA LOPES , RUA BEZERRA DE MENEZES , PREFEITO HELIO FERREIRA DA SILVA , RJ 127 , DR SOARES FILHO,DELIO BASILIO LEAL,AV. DOS OPERARIOS,RUA AMERICO RODRIGUES FERREIRA,RJ 127,RUA RIO DE JANEIRO,RUA PREFEITO MOACY FRANCO , RUA ANTURIOS.	

*CONSIDERANDO O MÊS COM 22(VINTE E DOIS)DIAS ÚTEIS

HORARIO DA LINHA 01 DIAS UTEIS
JARDIN NOVA ERA X GUARAJUBA X LAGES (CIRCULAR)

JARDIM NOVA ERA 1º turno	JARDIM NOVA ERA 2º turno
1º 05:00	13º 13:00
2º 05:40	14º 13:40
3º 06:20	15º 14:40
4º 07:00	16º 15:20
5º 07:40	17º 16:00



6° 08:20	18° 16:40
7° 9:00	19° 17:20
8° 09:40	20° 18:00
9° 10:20	21° 18:40
10° 11:00	22° 19:30
11° 11:40	23° 20:30
12° 12:20	24° 21:30
	25° 22:00

LINHA 01 FINAIS DE SEMANA JARDIM NOVA ERA X GUARAJUBA X LAGES (CIRCULAR) 08 DIAS DIAS UTEIS	
MUNICÍPIO DE ORIGEM:	PARACAMBI
EXTENSÃO TOTAL DO PERCURSO:	21 KM
TOTAL APROXIMADO KM/DIA :	273 KM /DIA
TOTAL APROXIMADO KM/MÊS :	2.184 KM/MÊS



NÚMERO MÉDIO DE VIAGENS DIA :	13 VIAGENS DE IDA E VOLTA/DIA
NÚMERO DE VEÍCULO:	01 VEÍCULO
ESPECIFICAÇÃO DOS VEÍCULOS	TIPO:ÔNIBUS LOTAÇÃO: 70 PASSAGEIROS SENTADOS E EM PE MOTORIZAÇÃO MÍNIMA: 200 CV EQUIPAMENTO: AR CONDICIONADO E TACÓGRAFO VELOCIDADE MÁXIMA: 2 ANOS(DOIS)ANOS DE USO DEVIDAMENTE REGISTRADO E VISTORIADO PELO DETRAN
LOCAL E HORÁRIO DE SAÍDA:	JARDIN NOVA ERA

HORARIO DA LINHA 01 FINAIS DE SEMANA
JARDIN NOVA ERA X GUARAJUBA X LAGES (CIRCULAR)

JARDIN NOVA ERA 1º TURNO	JARDIN NOVA ERA 2º TURNO
1º 5:00	7º 13:20
2º 6:40	8º 14:40
3º 8:00	9º 16:00
4º 9:20	10º 17:20
5º 10:40	11º 18:00
6º 12:00	12º 19:20
	13º 21:00

LINHA 02 JARDIM NOVA ERA X LAGES X GUARAJUBA (CIRCULAR) 22 DIAS UTEIS	
MUNICÍPIO DE ORIGEM:	PARACAMBI
EXTENSÃO TOTAL DO PERCURSO:	21 KM/DIA (SOMA DOS DOIS VEICULOS)
TOTAL APROXIMADO KM/DIA :	483 KM/DIA (SOMA DOS DOIS VEICULOS)
TOTAL APROXIMADO KM/MÊS :	10.626 VIAGENS DE IDA E VOLTA/DIA (SOMA DOS DOIS VEICULOS)



NÚMERO MÉDIO DE VIAGENS DIA :	23 VIAGENS DE IDA E VOLTA/DIA
NÚMERO DE VEÍCULO:	02 VEÍCULO
ESPECIFICAÇÃO DOS VEÍCULOS	TIPO:ÔNIBUS LOTAÇÃO: 70 PASSAGEIROS SENTADOS E EM PE MOTORIZAÇÃO MÍNIMA: 200 CV EQUIPAMENTO: AR CONDICIONADO E TACÓGRAFO VELOCIDADE MÁXIMA: 2 ANOS(DOIS)ANOS DE USO DEVIDAMENTE REGISTRADO E VISTORIADO PELO DETRAN
LOCAL E HORÁRIO DESAÍDA:	JARDIN NOVA ERA
PERCURSO 1:SAÍDA DO PONTO: JARDIM NOVA ERA, RUA ANTURIOS ,RUA CRAVOS ,RUA DA AZALEIAS ,RUA PROFESSOR MOACYR FRANCO, RUA RIO DE JANEIRO, ESTRADA RJ 127, AMÉRICO RODRIGUES FERREIRA, AVENIDA DOS OPERÁRIOS, RUA DOMINIQUE LEVEL, RUA CORONEL OTHON, RUA DR SOARES FILHO, FAZ O RETORNO NO CENTRO DE PARACAMBI ACESSANDO A RUA DÉLIO BASÍLIO LEAL E VOLTANDO A RUA DOMINIQUE LEVEL, CORONEL OTHON, RJ 127, AV. HELIO FERREIRA DA SILVA , AV. PREF. HELIO FERREIRA DA SILVA , RUA BEZERRA DE MENEZES , PROF. ORMINDA LOPES , RUA OTHON DOS SANTOS , MAXIMILIANO DE CARVALHO , PREF.BENTO BARBOSA , RUA LEAL DE CARVALHO , AV.JONAS LEAL , JUCELINO KUBITSCHK , PREFEITO BENTO BARBOSA , RUA PREF. PLINIO ALVES DE MOURA , RUA PASTOR JOSUE ANTONIO DELEON , RUA DEPUTADO ROMEU NATAL (RUA 10), RJ 127 , RUA SÃO JORGE,RUA SAO JUDAS TADEU, RUA GENERAL ZEDA, RUA SÃO PAULO, RETORNO: RUA SANTA TERESINHA,RJ 127 , DR SOARESFILHO,DELIO BASILIO LEAL,AV. DOS OPERARIOS,RUA AMERICO RODRIGUES FERREIRA,RJ 127,RUA RIO DE JANEIRO, PROFESSOR MOACYR FRANCO ,RUA ANTURIOS.	

*CONSIDERANDO 22 DIAS UTEIS

HORARIO DA LINHA 02 DIAS UTEIS
JARDIN NOVA ERA X LAGES X GUARAJUBA (CIRCULAR)

JARDIM NOVA ERA 1º turno	JARDIN NOVA ERA 2º turno
1º 05:20	12º 13:30
2º 06:00	13º 14:20
3º 06:40	14º 15:00
4º 07:20	15º 15:40
5º 08:00	16º 16:20



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação – CPL

6º 09:20	17º 17:00
7º 10:00	18º 17:40
8º 10:40	19º 18:20
9º 11:20	20º 19:00
10º 12:00	21º 19:30
11º 12:40	22º 20:00
	23º 21:00

LINHA 02 JARDIM NOVA ERA X LAGES X GUARAJUBA (CIRCULAR) 08 DIAS (FINAIS DE SEMANA)	
MUNICÍPIO DE ORIGEM:	PARACAMBI
EXTENSÃO TOTAL DO PERCURSO:	21 KM
TOTAL APROXIMADO KM/DIA:	231 KM /DIA
TOTAL APROXIMADO KM/MÊS:	1.848 KM/MÊS



NÚMERO MÉDIO DE VIAGENS:	11 VIAGENS DE IDA E VOLTA/DIA
NÚMERO DE VEÍCULO:	01 VEÍCULO
ESPECIFICAÇÃO DOS VEÍCULOS	TIPO:ÔNIBUS LOTAÇÃO: 70 PASSAGEIROS SENTADOS E EM PE MOTORIZAÇÃO MÍNIMA: 200 CV EQUIPAMENTO: AR CONDICIONADO E TACÓGRAFO VELOCIDADE MÁXIMA: 2 ANOS(DOIS)ANOS DE USO DEVIDAMENTE REGISTRADO E VISTORIADO PELO DETRAN
LOCAL E HORÁRIO DE SAÍDA:	JARDIN NOVA ERA

PERCURSO 1: SAÍDA DO PONTO: JARDIM NOVA ERA, RUA ANTURIOS ,RUA CRAVOS ,RUA DA AZALEIAS ,RUA PROFESSOR MOACYR FRANCO, RUA RIO DE JANEIRO, ESTRADA RJ 127, AMÉRICO RODRIGUES FERREIRA, AVENIDA DOS OPERÁRIOS, RUA DOMINIQUE LEVEL, RUA CORONEL OTHON, RUA DR SOARES FILHO, FAZ O RETORNO NO CENTRO DE PARACAMBI ACESSANDO A RUA DÉLIO BASÍLIO LEAL E VOLTANDO A RUA DOMINIQUE LEVEL, CORONEL OTHON, RJ 127, AV. HELIO FERREIRA DA SILVA , AV. PREF. HELIO FERREIRA DA SILVA , RUA BEZERRA DE MENEZES , PROF. ORMINDA LOPES , RUA OTHON DOS SANTOS , MAXIMILIANO DE CARVALHO , PREF.BENTO BARBOSA , RUA LEAL DE CARVALHO , AV.JONAS LEAL , JUCELINO KUBITSCHK , PREFEITO BENTO BARBOSA , RUA PREF. PLINIO ALVES DE MOURA , RUA PASTOR JOSUE ANTONIO DELEON , RUA DEPUTADO ROMEU NATAL (RUA 10), RJ 127 , RUA SÃO JORGE,RUA SAO JUDAS TADEU, RUA GENERAL ZEDA, RUA SÃO PAULO,
RETORNO: RUA SANTA TERESINHA,RJ 127 , DR SOARESFILHO,DELIO BASILIO LEAL,AV. DOS OPERARIOS,RUA AMERICO RODRIGUES FERREIRA,RJ 127,RUA RIO DE JANEIRO, PROFESSOR MOACYR FRANCO ,RUA ANTURIOS.

HORARIO DA LINHA 02 FINAIS DE SEMANA
JARDIN NOVA ERA X LAGES X GUARAJUBA (CIRCULAR)
8 DIAS (FINAIS DE SEMANA)

JARDIM NOVA ERA 1º turno	JARDIN NOVA ERA 2º turno
1º 05:50	7º 14:00
2º 07:20	8º 15:20
3º 08:40	9º 16:40
4º 10:00	10º 18:40
5º 11:20	11º 21:10
6º 12:40	

LINHA 3 PARACAMBI X SAUDOSO 30 DIAS	
MUNICÍPIO DE ORIGEM:	PARACAMBI
EXTENSÃO TOTAL DO PERCURSO:	16,7 KM
TOTAL APROXIMADO KM/DIA:	50,1 KM

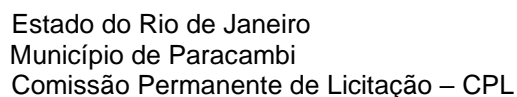


TOTAL APROXIMADO KM/MÊS: *	1.503 CONSIDERANDO 30 DIAS
NÚMERO MÉDIO DE VIAGENS:*	03 VIAGENS DIA
NÚMERO DE VEÍCULO:	01 VEÍCULO
ESPECIFICAÇÃO DOS VEÍCULOS	TIPO:MICRO ONIBUS LOTAÇÃO: 40 /50 PASSAGEIROS SENTADOS E EM PE MOTORIZAÇÃO MÍNIMA: 160 CV EQUIPAMENTO: AR CONDICIONADO E TACÓGRAFO VELOCIDADE MÁXIMA: 2 ANOS(DOIS)ANOS DE USO DEVIDAMENTE REGISTRADO E VISTORIADO PELO DETRAN
LOCAL E HORÁRIO DE SAÍDA:	CENTRO DE PARACAMBI
PERCURSO 1 : SAIDA PONTO : AV. DELIO BASILIO LEAL , DOMINIQUE LEVEL , AV. PRES. JOAO GOULART , BERALDO SACCHI , RUA FELICIANO DOS ANJOS TEXEIRA , ESTRADA DA FLORESTA , ESTRADA DO SAUDOSO. RETORNO : ESTRADA DO SAUDOSO , ESTRADA DA FLORESTA , BERALDO SACHIS , AV. PRES. JOAO GOULART ,AV. CORONEL OTHON , RUA SOARES FILHO , AV. DELIO BASILIO LEAL .	

HORARIO DA LINHA
PARACAMBI X SAUDOSO
30 DIAS

PARACAMBI	
1º 6:40	
2º 12:40	
3º 16:40	2º TURNO

LINHA 4 PARACAMBI X PONTE COBERTA 30 DIAS	
MUNICÍPIO DE ORIGEM:	PARACAMBI
EXTENSÃO TOTAL DO PERCURSO:	1º VIAGEM 36,2 KM , DE MAIS 60,8
TOTAL APROXIMADO KM/DIA:	97 KM



PERCURSO 01:SAÍDA DO PONTO: AV. DÉLIO BASÍLIO LEAL , RUA DOMINIQUE LEVEL, CORONEL OTHON, RJ 127, BR 116 (VIA DULTRA) , SAIDA 219 , EDUARDO PEREIRA DIAS .
RETORNO : EDUARDO PEREIRA DIAS , RJ 127, DR SOARES FILHO , AV.DELIO BASILIO LEAL.

HORARIO DA LINHA

PARACAMBI

1° 5:30

2° 12:00

3° 17:00

2° TURNO

LINHA 5

MUNICÍPIO DE ORIGEM:	PARACAMBI
----------------------	-----------

EXTENSÃO TOTAL DO PERCURSO:	7.5 km cascata /
-----------------------------	------------------

TOTAL APROXIMADO KM/DIA:	82,5 KM
--------------------------	---------



TOTAL APROXIMADO KM/MÊS: *	2,475 KM/MES CONSIDERANDO 30 DIAS
NÚMERO MÉDIO DE VIAGENS:*	11 VIAGENS DIA
NÚMERO DE VEÍCULO:	01 VEÍCULO
ESPECIFICAÇÃO DOS VEÍCULOS	TIPO:MICRO ONIBUS LOTAÇÃO: 40 /50 PASSAGEIROS SENTADOS E EM PE MOTORIZAÇÃO MÍNIMA: 160 CV EQUIPAMENTO: AR CONDICIONADO E TACÓGRAFO VELOCIDADE MÁXIMA: 2 ANOS(DOIS)ANOS DE USO DEVIDAMENTE REGISTRADO E VISTORIADO PELO DETRAN
LOCAL E HORÁRIO DE SAÍDA:	CENTRO DE PARACAMBI
PERCURSO 01:SAÍDA DO PONTO: AV.DÉLIO BASÍLIO LEAL , AV. DOS OPERARIOS , R. AMERICO RODRIGUES FERREIRA , ESTRADA GOVERNADOR ROBERTO SILVEIRA , VICENTE CICARINO , R. TEN.BERNADINO BASTOS RETORNO : R. TEN. BERNADINO BASTOS , VICENTE CICARINO , ESTRADA GOVERNADOR ROBERTO SILVEIRA , RUA AMERICO RODRIGUES FERREIRA , AV. OPERARIOS , RUA DOMINIQUE LEVEL , AV. CORONEL OTHON , RUA SORES FILHO , AV.DELIO BASILIO LEAL.	

HORARIO DA LINHA
PARACAMBI X CASCATA

1º 6:40	6º 13:40
2º 7:40	7º 14:40
3º 9:00	8º 16:00
4º 10:30	9º 18:40
5º 12:00	10º 19:40
	11º 20:50

LINHA 6 PARACAMBI X SABUGO 30 DIAS	
MUNICÍPIO DE ORIGEM:	PARACAMBI
EXTENSÃO TOTAL DO PERCURSO:	7 km
TOTAL APROXIMADO KM/DIA:	42 KM



TOTAL APROXIMADO KM/MÊS: *	1,260 KM/MES CONSIDERANDO 30 DIAS
NÚMERO MÉDIO DE VIAGENS:*	6 VIAGENS DIA
NÚMERO DE VEÍCULO:	01 VEÍCULO
ESPECIFICAÇÃO DOS VEÍCULOS	TIPO:MICRO ONIBUS LOTAÇÃO: 40 /50 PASSAGEIROS SENTADOS E EM PE MOTORIZAÇÃO MÍNIMA: 160 CV EQUIPAMENTO: AR CONDICIONADO E TACÓGRAFO VELOCIDADE MÁXIMA: 2 ANOS(DOIS)ANOS DE USO DEVIDAMENTE REGISTRADO E VISTORIADO PELO DETRAN
LOCAL E HORÁRIO DE SAÍDA:	CENTRO DE PARACAMBI
PERCURSO 01:SAÍDA DO PONTO: AV.DÉLIO BASÍLIO LEAL , AV. DOS OPERARIOS , R. AMERICO RODRIGUES FERREIRA , ESTRADA GOVERNADOR ROBERTO SILVEIRA , VICENTE CICARINO , R. TEN.BERNADINO BASTOS RETORNO : R. TEN. BERNADINO BASTOS , VICENTE CICARINO , ESTRADA GOVERNADOR ROBERTO SILVEIRA , RUA AMERICO RODRIGUES FERREIRA , AV.DOS OPERARIOS , RUA DOMINIQUE LEVEL , AV. CORONEL OTHON , RUA SORES FILHO , AV.DELIO BASILIO LEAL.	

HORARIO DA LINHA
PARACAMBI X SABUGO

PARACAMBI 1º turno	PARACAMBI 2º turno
1º 8:30	4º 15:10
2º 9:45	5º 17:10
3º 11:15	6º 20:10

LINHA 7 PARACAMBI X BOM JARDIN 30 DIAS	
MUNICÍPIO DE ORIGEM:	PARACAMBI
EXTENSÃO TOTAL DO PERCURSO:	14
TOTAL APROXIMADO KM/DIA:	196 KM



TOTAL APROXIMADO KM/MÊS: *	5.880 KM
NÚMERO MÉDIO DE VIAGENS:*	14
NÚMERO DE VEÍCULO:	01 VEÍCULO
ESPECIFICAÇÃO DOS VEÍCULOS	TIPO:MICRO ONIBUS LOTAÇÃO: 40 /50 PASSAGEIROS SENTADOS E EM PE MOTORIZAÇÃO MÍNIMA: 160 CV EQUIPAMENTO: AR CONDICIONADO E TACÓGRAFO VELOCIDADE MÁXIMA: 2 ANOS(DOIS)ANOS DE USO DEVIDAMENTE REGISTRADO E VISTORIADO PELO DETRAN
LOCAL E HORÁRIO DE SAÍDA:	CENTRO DE PARACAMBI
PERCURSO 01:SAÍDA DO PONTO: AV. DÉLIO BASÍLIO LEAL , RUA DOMINIQUE LEVEL, CORONEL OTHON, RJ 127, AV. HELIO FERREIRA DA SILVA , RUA BEZERRA DE MENEZES , RUA PREF. PLINIO ALVES DE MOURA , ESTRADA BON JARDIM , RETORNO : ESTRADA BON JARDIM , RUA PREF. PLINIO ALVES DE MOURA , RUA BEZERRA DE MENEZES , AV. HELIO FERREIRA DA SILVA , RJ 127 , RUA SORES FILHO , AV. DELIO BASILIO LEAL.	

HORARIO DA LINHA
PARACAMBI X BOM JARDIN

PARACAMBI 1º turno	PARACAMBI 2º turno
1º 6:00	8º 13:30
2º 7:30	9º 14:30
3º 8:30	10º 15:30
4º 9:30	11º 17:30
5º 10:30	12º 18:30
6º 11:30	13º 19:30
7º 12:30	14º 20:30

LINHA 8
PARACAMBI X SAO JOSE
30 DIAS



MUNICÍPIO DE ORIGEM:	PARACAMBI
EXTENSÃO TOTAL DO PERCURSO:	18,4 km
TOTAL APROXIMADO KM/DIA:	55,20 KM
TOTAL APROXIMADO KM/MÊS: *	1.656 KM/MES CONSIDERANDO 30 DIAS
NÚMERO MÉDIO DE VIAGENS:*	03 VIAGENS DIA
NÚMERO DE VEÍCULO:	01 VEÍCULO
ESPECIFICAÇÃO DOS VEÍCULOS	TIPO: VAN LOTAÇÃO: 15 PASSAGEIROS SENTADOS MOTORIZAÇÃO MÍNIMA: 160 CV EQUIPAMENTO: AR CONDICIONADO E TACÓGRAFO VELOCIDADE MÁXIMA: 2 ANOS(DOIS)ANOS DE USO DEVIDAMENTE REGISTRADO E VISTORIADO PELO DETRAN
LOCAL E HORÁRIO DE SAÍDA:	CENTRO DE PARACAMBI
PERCURSO 01:SAÍDA DO PONTO: AV.DÉLIO BASÍLIO LEAL , AV. DOS OPERARIOS , R. AMERICO RODRIGUES FERREIRA , ESTRADA GOVERNADOR ROBERTO SILVEIRA , VICENTE CICARINO , R. TEN.BERNADINO BASTOS RETORNO : R. TEN. BERNADINO BASTOS , VICENTE CICARINO , ESTRADA GOVERNADOR ROBERTO SILVEIRA , RUA AMERICO RODRIGUES FERREIRA , AV. OPERARIOS , RUA DOMINIQUE LEVEL , AV. CORONEL OTHON , RUA SORES FILHO , AV.DELIO BASILIO LEAL.	

HORARIO DA LINHA
PARACAMBI X SAO JOSE

1º	6:00	
2º	12:00	
3º	17:10	

ANEXO 1.1
ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA

LICITAÇÃO Nº ____/CPL/2022.
PROCESSO N.º 3826/2022.
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - SRP
JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação – CPL

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS, PARA ATENDER DENTRO DO MUNICÍPIO DE PARACAMBI/RJ.

EMPRESA:

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

EMAIL:

BANCO/AGÊNCIA:

CONTA BANCÁRIA:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR MENSAL R\$	VALOR TOTAL ANUAL R\$
01	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS, NO RESTRITOS LIMITES TERRITORIAIS DO MUNICÍPIO DE PARACAMBI/RJ. EMPRESA ESPECIALIZADA EM TRANSPORTE COLETIVO, NO ÂMBITO MUNICIPAL, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES POR MEIO DE VEÍCULOS TIPO ÔNIBUS (ÔNIBUS ACIMA DE 38 LUGARES E MICRO ÔNIBUS ACIMA DE 21 LUGARES), INCLUINDO VEÍCULOS, COMBUSTÍVEL E MOTORISTAS DEVIDAMENTE HABILITADOS, PARA ATENDER OS CIDADÃOS QUE NECESSITAM SE LOCOMOVER DENTRO DO MUNICÍPIO DE PARACAMBI/RJ. L01 – JARDIM NOVA ERA X GUARAJUBA X LAGES L02 – JARDIM NOVA ERA X LAGES X GUARAJUBA L03 – PARACAMBI X SAUDOSO L04 – PARACAMBI X PONTE COBERTA L05 – PARACAMBI X CASCATA L06 – PARACAMBI X SABUGO L07 – PARACAMBI X BOM JARDIM L08 – PARACAMBI X SÃO JOSÉ	MÊS	12	R\$ 443.721,60	R\$ 5.324.659,20
VALOR TOTAL ANUAL R\$ 5.324.659,20 (Cinco milhões, trezentos e vinte e quatro mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e vinte centavos)					R\$ 5.324.659,20

PREÇOS COLETADOS JUNTO AO MERCADO - CGM

ANEXO 2

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação – CPL

A (nome da empresa), CNPJ nº _____, sediada a Rua _____, DECLARA para os devidos fins que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, referente à licitação na modalidade Pregão Presencial nº ____/CPL/2022.

Por ser verdade, subscrevo-me.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

Observação: A Carta de Credenciamento em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.

ANEXO 3
MODELO DE DECLARAÇÃO

Razão Social:

Prezados Senhores,



Em atenção ao Pregão Presencial nº **/CPL/** nossa empresa declara que:

- Assegura ter pleno conhecimento da legislação pertinente à contratação em pauta e demais condições previstas no Edital e seus anexos;
- Atesta o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos salvo nas condições de aprendiz a partir de quatorze anos de idade nos termos da legislação aplicável;
- Não existem fatos supervenientes impeditivos da habilitação nesta licitação;
- Não possui nenhum servidor público municipal em seu quadro funcional;
- Garante o prazo de validade da presente proposta por 60 (sessenta) dias corridos a partir da data da apresentação da proposta;
- Os sócios da empresa não são pessoas ligadas a integrantes do poder Municipal (Prefeita, Vice-Prefeito, Vereadores ou Servidores Municipais) por laço de matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo até o segundo grau, ou por adoção, nos termos do Art.94 da Lei Orgânica Municipal;
- Não está com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública, suspenso ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;
- Não está arrolada no artigo 9º, da Lei Federal n.º. 8.666/93.
- Não se encontra cumprindo as penalidades previstas nos incisos III ou IV do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

Observação: A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.

ANEXO 4
MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação – CPL

Ref.:PREGÃO PRESENCIAL Nº **/CPL/ 2022.**

Prezados Senhores,

Credenciamos o/a Sr (a), nacionalidade, cédula de identidade nº, emitido pelo, para, em nome da(nome da empresa), participar do Pregão Presencial sob referência, podendo, para tanto, juntar e apresentar documentos, apresentar propostas, assinar atos e termos, requerer e deliberar, apresentar recursos, renunciar a direitos, inclusive recursos, e tudo o mais que se fizer necessário, de acordo com o Edital.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

Observação: A Carta de Credenciamento em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.

ANEXO 5
DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO BENEFICIÁRIA
DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 2006.

PREGÃO Nº ____/CPL/2022.



Prezados Senhores,

_____, com sede na _____, inscrita no CNPJ nº _____, vem, por intermédio do representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da carteira de Identidade nº _____ e do CPF/MF nº _____, DECLARAR, sob as penas da Lei, que é _____ (MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL), que cumpre os requisitos legais para efeito de qualificação como ME/EPP/MEI e que não se enquadra em nenhuma das hipóteses elencadas no parágrafo 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 a 45 da mencionada Lei, não havendo fato superveniente impeditivo da participação no presente certame.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

Observação: A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.

OBSERVAÇÃO: Esta declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro, após abertura as Sessão, antes e separadamente dos invólucros (Proposta de Preço e Documentos de Habilitação) exigidos nesta licitação, pelas Licitantes que pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123 de 2006.

Nota: A falsidade desta DECLARAÇÃO, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/06, caracterizará crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das penalidades previstas neste Edital.



1- ÓRGÃO REQUISITANTE: Secretaria Executiva de Trânsito e Transporte Municipal.

2 - DO OBJETO

2.1 - O presente Pregão destina-se ao Registro de Preços para futura e eventual Locação de Veículos tipo ÔNIBUS URBANO com motorista e combustível para atendimento específico ao Transporte Público de Passageiros em diversas localidades do Município de Paracambi, conforme condições quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

Nas seguintes Localidades:

L01: JARDIM NOVA ERA X GUARAJUBA X LAGES
--

L02: JARDIM NOVA ERA X LAGES X GUARAJUBA
--

L03: PARACAMBI X SAUDOSO

L04: PARACAMBI X PONTE COBERTA

L05: PARACAMBI X CASCATA

L06: PARACAMBI X SABUGO

L07: PARACAMBI X BOM JARDIM

L08: PARACAMBI X SÃO JOSÉ

3 - JUSTIFICATIVA DO PEDIDO

3.1 Tal solicitação se faz necessária devido ao contrato da concessão do serviço público de transporte coletivo está vencido, tendo sido instaurado procedimento licitatório, contudo já foram realizadas 09 (nove) tentativas de sessões julgamentos, atendendo a todos os requisitos legais para a transparência do ato, todavia, não compareceu uma sequer empresa interessada no certame.

4.- FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

4.1 Para elaboração deste documento, foram observados às seguintes normas de regência:

4.2 Lei Federal nº 8.666/1993: Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

4.3 Lei Federal nº 10.520/2002: Institui no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.

4.4 Decreto Nº 5.267 de 7 de Abril de 2021.

5- DA DESCRIÇÃO DO OBJETO

5.1 Contratação de empresa especializada na Locação de Veículos tipo ÔNIBUS URBANO com motorista e combustível, por quilometragem rodada, para futuro atendimento ao transporte público de passageiros do município de Paracambi, considerando as seguintes características:

- Capacidades de 70 a 83, 40 a 50 e passageiros sentados e em pé,
- Com ar-condicionado;
- Mínimo de duas portas, sendo uma de acessibilidade a PPD por elevador automático;
- Roleta, tipo catraca com contagem de entrada de passageiros;
- Tacógrafo com disco de 01 (um) dia;
- Câmeras de Monitoramento;
- Pintura ou Adesivagem nas cores do Brasão do Município com identificação da Prefeitura Municipal de Paracambi, em todos os veículos, sendo que o logotipo em local visível;
- Ano de fabricação e modelo de no mínimo 2020;
- Sistema de Georreferenciamento.



5.2. As linhas e os números de viagens poderão ser alterados pela Administração conforme necessidade da operação, desde que obedeça ao quantitativo de quilometragem previsto na memória de cálculo.

6 – DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

Nº	Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1		Contratação de Empresa para prestação de serviço de Transporte Coletivo de Passageiros, nos restritos limites territoriais do Município de Paracambi-RJ. Empresa especializada em transporte coletivo, no âmbito municipal, para prestação de serviços de transportes por meio de veículos tipo ônibus(ônibus acima de 38 lugares e micro ônibus acima de 21 lugares), incluindo veículos, combustível e motoristas devidamente habilitados, para atender os cidadãos que necessitam se locomover dentro do município de Paracambi-RJ.	Unidade	1	1	1
TOTAL						1

6.1. Especificações das funcionalidades de cada itens:

ITEM 01	Registro de Preços para futura e eventual Locação de Veículos tipo ÔNIBUS URBANO com motorista e combustível para atendimento específico ao Transporte Público de Passageiros em diversas localidades do Município de Paracambi.				
DETALHAMENTO DESTE ITEM					
Linhas Atendidas	Qtd de Km percorrido por linha/viagem	Nº de viagens da locação	Km percorrido por dia/locação	Km percorrido por mês/locação	Km percorrido por ano/locação
L01: JARDIM NOVA ERA X GUARAJUBA X LAGES	21 km	25	525 km	11.550 km	138.600 km
L01: JARDIM NOVA ERA X GUARAJUBA X LAGES (FDS)	21 km	13	273 km	2.184 km	26.208 km
L02: JARDIM NOVA ERA X LAGES X GUARAJUBA	21 km	23	483 km	10.626 km	127.512 km
L02: JARDIM NOVA ERA X LAGES X GUARAJUBA	21 km	11	231 km	1.848 km	22.176 km
L03: PARACAMBI X SAUDOSO	16, 7 km	03	50,1 km	1.503 km	18.036 km
L04: PARACAMBI X PONTE COBERTA	97 km	03	291 km	8.730 km	104.760 km
L05: PARACAMBI X CASCATA	7,5 km	11	82,5 km	2.475 km	29.700
L06: PARACAMBI X SABUGO	7 km	06	42 km	1.260 km	15.120 km
L07: PARACAMBI X BOM JARDIM	14 km	14	196 km	5.880 km	70.560 km
L08: PARACAMBI X SÃO JOSE	18,4 km	03	55,2 km	1.656 km	19.872 km
TOTAL:	244,6 km	112	2228,8 km	47712 km	572544 km
Observação: Para o atendimento da demanda supracitada serão necessários 6 Veículos					

7 – DAS CONDIÇÕES PARA A EXECUÇÃO DO CONTRATO



7.1 Os serviços deverão ser desenvolvidos de forma segura e confortável, de acordo com a legislação vigente, às normas contratuais e/ou outras pertinentes, devendo serem obedecidos as linhas, horários e itinerários fixados neste Termo de Referência;

7.2 A CONTRATADA somente poderá iniciar os serviços, quando autorizada por escrito pelo CONTRATANTE, utilizando veículos em perfeito estado de funcionamento, conservação e higiene, bem como, condutores devidamente habilitados e com Curso de Capacitação para Transportes de Passageiros, conforme Resolução do CONTRAN;

7.3 A CONTRATADA somente poderá transportar passageiros, nos itinerários e horários descritos neste termo.

7.4 Os veículos deverão estar de acordo com a Portaria DETRO/PRES nº437 de 11 de setembro de 1997 e suas alterações posteriores, em especial em os Arts. 2º e 13.

7.5 Antes do início das atividades e durante toda a vigência da prestação dos serviços, os veículos poderão ser vistoriados por uma comissão composta, no mínimo, por 02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Transporte, que poderá ainda contar com o apoio de outros órgãos da esfera municipal.

7.6 Os laudos desta vistoria deverão ser encaminhados ao titular da Secretaria de Transporte, que se encarregará de emitir o parecer conclusivo e individualizado por veículo, e em caso de indeferimento/reprovação do veículo, o mesmo não poderá iniciar e/ou operar os serviços, sob nenhum pretexto, sendo de total responsabilidade da CONTRATADA arcar com as respectivas consequências.

7.7 Cada um dos veículos a ser utilizados deverão:

7.8 Possuir capacidade mínima de lotação para ônibus 38 lugares e micro ônibus com mínimo de 21 lugares.

7.9 Estar equipado com cintos de segurança em todas as poltronas;

7.10 Ser equipado com aparelho de ar condicionado, devendo ser mantido o mesmo limpo, higienizado e em pleno funcionamento para a prestação dos serviços;

7.11 Possuir idade máxima de 07 (sete) anos de uso, à contar do ano modelo que consta no Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo – CRLV, emitido pelo DETRAN;

7.12 Possuir equipamento para monitorar o tempo de uso, a distância percorrida e a velocidade desenvolvida (tacógrafo), devidamente certificado e aferido pelo INMETRO, devendo ser apresentado laudo de inspeção e certificação do equipamento, dentro da validade;

7.13 A CONTRATADA deverá observar os locais de embarque e desembarque estabelecidos pela CONTRATANTE, de acordo com itinerário estipulado não podendo alterá-los, salvo mediante autorização da CONTRATANTE ou em caso de emergência;

7.14 O motorista e o veículo deverão estar devidamente habilitados pelos órgãos competentes, segundo as normas e leis de trânsito, tráfego e transporte intermunicipal, regulamentadas pelo DENATRAN, CONTRAN, DETRAN, DETRO/RJ e outros órgãos reguladores;

7.15 Os itinerários e os horários pré-determinados somente poderão ser alterados de comum acordo com a CONTRATANTE e sempre que for necessário, em decorrência de obras e/ou impedimentos temporários e/ou mudanças no sentido de tráfego;

8 - DAS CONDIÇÕES DE USO E FUNCIONAMENTO



8.1. A CONTRATADA é responsável por disponibilizar os veículos adesivados ou pintados na cor VERMELHA com identificação da Prefeitura;

8.2. Do Valor para Locação de Veículo com Motorista e Combustível:

8.3. Será considerado o valor informado, por quilômetro rodado, por veículo, por mês, estando incluídos todos os valores incidentes tais como: impostos, taxas, fretes, seguro total para os veículos, combustível, assistência técnica, manutenção preventiva e corretiva, troca de qualquer peça por desgaste natural, bem como troca de pneus, filtros, óleo lubrificante, velas, pastilhas de freio, correias, lâmpadas, entre outros, em conformidade com o Manual do Veículo.

8.4. A quilometragem excedente será paga por quilômetro rodado, comprovado com relatórios dos rastreadores/monitoramento e planilhas diárias conforme percurso realizado, devendo ser autorizada pela Prefeitura através da Secretaria de Transporte.

8.5. Da Disponibilização dos Veículos e Motoristas:

8.6. Os veículos e motoristas ficarão à disposição da CONTRATANTE, 07 (sete) dias por semana, durante todo o período de vigência do contrato.

8.7. Do Abastecimento:

8.8. O abastecimento dos veículos ficará por conta da CONTRATADA.

8.9. Das Infrações de Trânsito:

8.10. A CONTRATANTE se exime do pagamento de eventuais multas por infrações de trânsito provenientes da utilização por parte dos condutores e motoristas.

8.11. Da Disposição e Gerenciamento dos Veículos:

8.12. Os veículos e motoristas ficarão à disposição da gestora do contrato – que centralizará o gerenciamento dos itinerários através da Secretaria Municipal de Transporte.

8.13. A CONTRATADA deverá disponibilizar a Secretaria de Transporte o livre acesso ao sistema de monitoramento e localização da frota da CONTRATADA possibilitando a fiscalização do cumprimento dos itinerários determinados pela CONTRATANTE.

8.14. Da manutenção e Substituição de Veículos com Motoristas e Combustível:

8.15. A manutenção dos veículos será por conta da CONTRATADA.

8.16. Todos os veículos que serão locados pela CONTRATANTE deverão estar em excelente estado de conservação e limpeza, reservando-se à CONTRATANTE o direito de efetuar a vistoria nos veículos antes de cada disponibilização.

8.17. No caso de problemas mecânicos, acidentes ou outras indisponibilidades durante a execução dos serviços contratados, a CONTRATADA deverá substituir, imediatamente, o veículo locado à CONTRATANTE, por outro com as mesmas especificações ou superior, imediatamente, sem nenhum ônus adicional para a CONTRATANTE, pelo período que for necessário.

8.18. A CONTRATADA obriga-se, às suas expensas, a providenciar, em qualquer circunstância, as manutenções de caráter preventivo e corretivo nos veículos que serão por ela locados à CONTRATANTE, de forma a conservá-lo seguro e eficiente, inclusive troca de qualquer peça por desgaste natural, e outros, tais como: troca de pneus, filtros, óleo lubrificante, velas, pastilhas de freios, correias, lâmpadas, entre outros, em conformidade com o manual do veículo.

8.19. A responsabilidade pela manutenção preventiva ou corretiva e limpeza dos veículos objeto desta contratação será da empresa CONTRATADA, devendo ser realizada periodicamente obedecendo às recomendações do Manual do Proprietário do Veículo.

8.20. A manutenção corretiva/preventiva deverá ocorrer sempre que necessário para substituição de um componente do veículo por desgaste ou por quebra do mesmo.

8.21. Na hipótese de ocorrer durante qualquer deslocamento, a impossibilidade de utilização do veículo locado à CONTRATANTE, pelo período de defeito de qualquer natureza, indisponibilidade ou acidente, a CONTRATADA se



obriga a providenciar a substituição por veículo similar ou superior e/ou conserto do veículo avariado, imediatamente, sem nenhum custo adicional para a CONTRATANTE, ficando por conta da CONTRATADA toda e qualquer providência a ser tomada com relação ao veículo alugado e indisponibilizado.

8.22 Dos Motoristas:

8.23 Nos casos especificados, a locação de veículos deverá ser disponibilizado um motorista devidamente habilitado para transporte de passageiros. 8.24 O motorista deverá ser devidamente registrado no quadro de funcionários da empresa CONTRATADA, conforme legislação vigente.

8.25 Os motoristas deverão ser disponibilizados à CONTRATANTE 7 (sete) dias por semana.

8.25 Os motoristas deverão utilizar uniforme cedido pela CONTRATADA, utilizando o padrão estabelecido pelo CONTRATANTE..

8.26 O motorista que não cumprir as determinações da CONTRATANTE, não respeitar as leis de trânsito, agir com desídia, conduzir o veículo de forma perigosa, não cumprir os itinerários determinados pela SECTRAV deverá ser substituído imediatamente pela CONTRATADA

9. DO INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, DA REQUISICÃO, DA DISPONIBILIZAÇÃO E DA SUBSTITUIÇÃO

9.1.A prestação dos serviços se dará mediante a disponibilização dos veículos e, nos casos indicados, em quantidades relacionadas e nos locais/itinerários indicados pela CONTRATANTE.

9.2.A CONTRATADA somente poderá iniciar os serviços quando autorizados por escrito pela CONTRATANTE, utilizando-se apenas de veículos em perfeito estado de funcionamento, conservação, limpeza e higiene.

9.3.O veículo deverá estar devidamente habilitado pelos órgãos competentes, segundo as normas e leis de trânsito, regulamentadas pelo DENATRAN e DETRAN.

9.4 Os veículos locados deverão ser disponibilizados com o reservatório de combustível abastecido em sua capacidade máxima.

9.5 Todos os veículos alocados deverão receber adequada e devida manutenção preventiva, conforme recomendações do fabricante e/ou corretiva.

9.6 .7 A CONTRATADA deverá prestar assistência 24 (vinte e quatro) horas, com plantão para atendimento e socorro do veículo locado.

9.7 A CONTRATADA deverá providenciar a imediata reposição dos veículos que estejam indisponíveis, seja por manutenção preventiva, seja por manutenção corretiva, avarias ou acidentes

9.8.A CONTRATADA deverá arcar com as despesas relativas à troca de óleo/lubrificantes, filtros e demais suprimentos, necessários ao fiel cumprimento do objeto deste Termo de Referência.

9.9.A responsabilidade pela Manutenção Preventiva/Corretiva dos veículos objeto da contratação será da empresa a ser CONTRATADA, devendo ser realizada nas periodicidades recomendadas pelas respectivas montadoras e constantes do Manual do Proprietário de cada veículo.

9.10. A manutenção corretiva deverá ocorrer sempre que necessário para substituição de um componente do veículo por desgaste ou por quebra do mesmo.

9.11. A CONTRATADA deverá arcar com todos os custos decorrentes de acidentes e avarias, mantendo para isso apólice de seguro.

9.12. A CONTRATADA deverá assumir integral e absoluta responsabilidade pelos veículos ora locados, desobrigando a CONTRATANTE de qualquer ônus, encargos, deveres e responsabilidade por defeitos, vícios aparentes ou ocultos, ou funcionamento insatisfatório dos aludidos bens e acidentes não cobertos pelo seguro citado no item anterior.

10 – DA ESTRATÉGIA DE SUPRIMENTO

10.1 A execução do contrato observará as cláusulas do respectivo instrumento e o disposto no item 5 deste Termo de Referência.



11 – DOS CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

11.1 O objeto será recebido:

a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da ordem de serviço;

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

11.2 O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

11.3 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

12 – DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

12.1 Para fins de licitação, utilizar-se-á o critério de julgamento menor preço (por item ou global, devendo este último ser justificado).

13 - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

13.1 Receber, provisória e definitivamente, o objeto do contrato, disponibilizando local, data e horário;

13.2 Para o cumprimento do objeto do presente contrato, a CONTRATANTE obrigar-se-á, exercer a fiscalização do contrato, na forma prevista na Lei nº 8.666/93.

13.3 Fornecer à CONTRATADA, os elementos básicos e instruções complementares suficientes e necessárias à sua execução;

13.4 Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estipulado.

13.5 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e termos previstos neste Termo de Referência;

13.6 Exercer o acompanhamento e a fiscalização do serviço, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para providências cabíveis;

13.7 Notificar à CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução do serviço, fixando prazo para sua correção;

13.8 Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

13.9 Efetuar as retenções tributáveis devidas sobre o valor da Nota Fiscal fornecida pela CONTRATADA;

13.10 Comunicar imediatamente à CONTRATADA, qualquer irregularidade observada no funcionamento dos veículos e pessoal de operação objeto do contrato.

14 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Sem prejuízo das disposições das cláusulas e em cumprimento as suas obrigações contratuais, além das decorrentes de lei e de normas regulamentares, constituem obrigações específicas da CONTRATADA:

14.1 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as demais obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no contrato e na lei;



14.2 os veículos imediatamente após o recebimento da autorização de início dos serviços, nos locais e horários fixados pela CONTRATANTE, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo que a impossibilite de assumir os serviços conforme o estabelecido;

14.3. Encaminhar, no ato de início dos serviços, a cópia da nota fiscal e/ou a documentação de porte obrigatório de cada veículo disponibilizado para a prestação dos serviços;

14.4. Entregar os veículos de acordo com as especificações do fabricante e em perfeitas condições de segurança, higiene, conservação e limpeza;

14.5. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na locação do objeto do presente Termo de Referência, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato;

14.6. Realizar todos os serviços de manutenção preventiva e corretiva (funilaria, pintura, alinhamento de direção, balanceamento de rodas e etc), apólice de seguro, taxas e impostos referentes aos veículos objetos do presente, bem como substituí-lo em caso de pane mecânica e/ou avaria por outro do mesmo modelo ou superior;

14.7. Os veículos, objeto do contrato, deverão estar com os equipamentos obrigatórios exigidos pela Legislação de Trânsito vigente (estepe, chave de roda, triângulo, macaco e etc);

14.8. Responsabilizar-se por todos os encargos relativos ao veículo, como IPVA, seguro obrigatório e taxa de emplacamento, bem como eventuais multas provenientes de infração às leis de trânsito, previstas no Código de Trânsito Brasileiro;

14.9. Manter os veículos assegurados através de apólice de seguro durante todo o prazo de vigência contratual;

14.10. Prestar assistência 24 (vinte e quatro) horas, com plantão para atendimento e socorro do veículo locado, por intermédio de sistema de comunicação a ser informado no ato de entrega do veículo;

14.10 Substituir o veículo nas condições não previstas no item acima, quando solicitado por escrito pela CONTRATANTE, imediatamente, a partir do recebimento de notificação;

14.11. Prestar os serviços de entrega e substituição dos veículos sem cobrança de qualquer taxa adicional;

14.12. A documentação relativa ao veículo deverá manter-se em ordem;

14.13. Dar ciência imediata e por escrito à CONTRATANTE sobre qualquer anormalidade verificada na execução dos serviços;

14.14. Prestar os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atender prontamente às reclamações sobre seus serviços;

14.15. São de responsabilidade da CONTRATADA todos os impostos, taxas, licenças e registros dos órgãos públicos municipais, estaduais ou federais que se fizerem necessários, assim como as certidões solicitadas;

14.16. A CONTRATADA arcará com todos os encargos sociais previstos na legislação vigente e com quaisquer ônus, despesas, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, de acidente de trabalho, bem como de alimentação, transporte, ou outro benefício de qualquer natureza, decorrente da contratação dos serviços, apresentando mensalmente a comprovação do recolhimento do GFIP (FGTS e INSS) referente à força de trabalho empregada na prestação dos serviços, sem a qual não serão liberados os pagamentos das faturas apresentadas ao CONTRATANTE para liquidação;

14.17. Realizar, de forma adequada, a execução permanente dos serviços, determinados pela CONTRATANTE, respeitando suas normas de conduta;

14.18. Os pagamentos somente serão efetuados quando houver execução total dos serviços propostos e o atesto, no verso da nota fiscal, do responsável pela fiscalização dos serviços;

14.19. A CONTRATADA é responsável por disponibilizar os veículos adesivados ou pintados com identificação da Prefeitura, em todos os veículos, sendo que o logotipo deverá ser colocado nos veículos em local visível, a ser definido pela CONTRATANTE conforme padrão oficial;

14.20 A CONTRATADA deverá disponibilizar a SECTRA o livre acesso ao sistema de monitoramento e localização da frota da CONTRATADA possibilitando a fiscalização do cumprimento dos itinerários determinados pela CONTRATANTE;



14.21. A CONTRATADA deverá disponibilizar os veículos locados com o reservatório de combustível abastecido em sua capacidade máxima, em perfeito estado de funcionamento, conservação, limpeza e higiene;

14.22. Disponibilizar número de telefone ou outro meio que permita contato imediato entre os Gestores e Fiscais da CONTRATANTE com a CONTRATADA de forma permanente, incluindo em dias não úteis;

14.23. Todos os motoristas da CONTRATADA deverão:

14.23.1 Trajar uniformes de acordo com o especificado pela CONTRATANTE, devidamente, limpos e em perfeitas condições de uso.

14.23.2 Cumprir às Leis de Trânsito.

14.23.3. Atender com respeito e cortesia todos os passageiros transportados.

14.23.4. Portar a Carteira de Habilitação e Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo.

14.23.5 Manter o veículo a serviço da SECTRAN sempre em perfeitas condições de limpeza e asseio.

14.23.6 A CONTRATADA deve obrigar-se a manter rigorosamente em dia o pagamento das obrigações trabalhistas devidas aos seus funcionários.

15. A CONTRATADA deverá dispor de um local para a guarda dos veículos locados no Município de Paracambi.

15.1 Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da Legislação vigente, observando as prescrições contidas na Lei nº 9.503/97 (Código Nacional de Trânsito), e alterações posteriores e suas regulamentações, inclusive os dispositivos legais que vierem a substituí-la, alterá-la ou complementá-la;

15.2 Disponibilizar os veículos à ser utilizados na execução do serviço para realização de vistoria prévia, conforme solicitação da CONTRATANTE, sendo que, a não apresentação no prazo determinado pela CONTRATANTE e/ou não havendo conformidade e/ou não atendimento da legislação vigente pertinente e das exigências contidas neste Termo de Referência e no Edital de Licitação, ocorrerá imediatamente à desclassificação da Licitante.

15.3 Disponibilizar os veículos imediatamente após o recebimento da autorização de início dos serviços (assinatura do objeto contratual), nos locais e horários fixados pelo CONTRATANTE, informando em tempo hábil, qualquer motivo que a impossibilite de assumir os serviços conforme estabelecido;

15.4 Providenciar a identificação, a ser colocada em local visível nos veículos, com BRASÃO DA PREFEITURA e ITINERÁRIO, a ser fornecido pela contratante;

15.5 Arcar com as despesas relativas a combustível, troca de óleo, seguros, lubrificantes e demais suprimentos, bem como a lavagem dos veículos interna e externamente, necessários ao cumprimento dos serviços objeto deste Termo de Referência;

15.6 Executar manutenção preventiva e corretiva dos veículos, incluindo os serviços de funilaria, pintura, troca de pneus, lubrificação, bem como substituição de peças desgastadas, sem acréscimo ao valor estabelecido no instrumento contratual;

15.7 Substituir de forma imediata os veículos que não atenderem às condições estabelecidas neste Termo de Referência, sob pena de aplicação das sanções estabelecidas no contrato, sem prejuízo das penalidades constantes da legislação aplicável;

15.8 Os veículos deverão, OBRIGATORIAMENTE, estar equipados com equipamento para monitorar o tempo de uso, a distância percorrida e a velocidade desenvolvida (tacógrafo), devidamente calibrado e aferido pelo INMETRO;

15.9 Possuir veículo reserva para garantir o cumprimento de suas obrigações no caso de falha técnica e/ou eventualidade que porventura possa impedir o prosseguimento ou realização da viagem;

15.10 Observar as normas relativas à segurança da viagem e ao conforto dos usuários, bem como cumprir a legislação de trânsito e de tráfego rodoviário;



- 15.11 Substituir de imediato e de forma automática os veículos que atingirem a idade máxima (em anos), fixada neste Termo de Referência, contados à partir do ano-modelo do veículo descrito no Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo - CRLV;
- 15.12 Realizar manutenção preventiva na periodicidade recomendada pela boa técnica e de acordo com as especificações do fabricante, mantendo os veículos em perfeitas condições de segurança, limpeza e higiene;
- 15.13 Substituir o veículo, quando solicitado por escrito pelo CONTRATANTE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, à partir do recebimento da notificação;
- 15.14 Não permitir que qualquer motorista se apresente ao serviço com sinais de embriaguez ou sob efeito de substância psicotrópica, tóxica ou qualquer outra que possa comprometer sua perícia na condução do veículo;
- 15.15 Se responsabilizar por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo o CONTRATANTE, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos.
- 15.16 Apresentar no ato da vistoria, apólice vigente de cada veículo a ser utilizado na execução do contrato, bem como o(s) comprovante(s) de quitação dos seguros contra terceiros, danos pessoais e passageiros - APP;
- 15.17 Manter cobertos por apólices os seguros legalmente obrigatórios, estabelecidos por legislação vigente;
- 15.18 Apresentar ao CONTRATANTE os comprovantes de pagamentos de salários, apólices de seguros contra acidente de trabalho e apólice de seguro do veículo, contra terceiros e danos pessoais, quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias relativas aos seus empregados que estejam ou tenham estado a serviço do contratante, por força do contrato;
- 15.19 Assumir todas as despesas decorrentes de todos e quaisquer danos causados aos veículos ou bens terceiros, bem como danos pessoais aos seus ocupantes ou terceiros, sob sua responsabilidade;
- 15.20 Responsabilizar-se civil e criminalmente pelos danos causados ao CONTRATANTE, aos passageiros ou a terceiros, decorrentes da execução do contrato;
- 15.21 Responsabilizar-se por quaisquer multas de trânsito, tarifas rodoviárias e outras pertinentes, durante a execução do contrato;
- 15.22 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições que culminaram em sua habilitação e/ou qualificação no processo licitatório;
- 15.23 Não transportar passageiros em pé, salvo para prestação de socorro, em caso de acidente e/ou avaria;
- 15.24 Nos termos da legislação trabalhista e previdenciária, deverá proceder as anotações e registros pertinentes a todos os empregados que atuarem nos serviços, assumindo exclusivamente todas as obrigações advindas de eventuais demandas judiciais ajuizadas em qualquer juízo que versarem sobre pleitos trabalhistas e/ou previdenciários propostos por empregados ou terceiros que alegarem vínculo com a CONTRATADA.
- 15.25 Comunicar ao CONTRATANTE, quando da transferência e/ou retirada e substituição de motoristas dos itinerários ou dos serviços;
- 15.26 Atender, de imediato, às solicitações do CONTRATANTE quanto a substituição de funcionários não qualificados ou entendidos como inadequados para a prestação dos serviços;
- 15.27 Manter os motoristas devidamente UNIFORMIZADOS para o desenvolvimento das atividades, submetendo-os previamente à aprovação do contratante, sem ônus para seus funcionários e para o CONTRATANTE.
- 15.28 Realizar capacitação constante de seus funcionários e condutores;
- 15.29 Apresentar no ato da habilitação para o processo licitatório, comprovante de cadastro da Empresa junto ao DETRO/RJ, bem como, comprovação do DETRO/RJ de que a mesma está habilitada para operar o transporte de passageiro intermunicipal sob regime de fretamento contínuo;
- 15.30 Atender as normas do Decreto Estadual N.º 3.893/81 e suas respectivas alterações.
- 15.31 Visando permitir o acompanhamento e a fiscalização por esta municipalidade, ou Órgão de controle interno ou externo, no qual inclui a atuação *in loco* perante instalações físicas, operacionais e estruturais da CONTRATADA,



bem como diariamente frente a seus veículos, condutores, controle de horários, rotas, a CONTRATADA terá o prazo de 60 (sessenta) dias para instalar no Município de Paracambi, sede operacional e estrutural. Tal solicitação se justifica em virtude da manutenção e execução do objeto, como o não cumprimento do horário de embarque e conseqüentemente de desembarque, a necessidade e possibilidade de um acompanhamento diário de fiscalização e agilidade na substituição ou manutenção dos veículos. Além de acarretar gastos à Administração com pagamentos de diárias e locomoção à servidores para inspeção às instalações e veículos da mesma localizados a uma distância muito longa do Município.

15.32 Entregar no ato da assinatura do objeto contratual, fotocópias (xerox) legível dos documentos dos veículos relativos à execução dos serviços.

15.33 Entregar no ato da assinatura do objeto contratual, fotocópias (xerox) legíveis dos documentos abaixo dos condutores que serão utilizados nos serviços:

15.33.1- CNH – Carteira Nacional de Habilitação.

15.33.2 – Certificado e Carteira Vigente de Conclusão de Curso de Conductor de Transportes de Passageiros.

15.33.3 - Comprovante de vínculo empregatício com a CONTRATADA.

15.33.4 - Atestado de aptidão física e emocional para exercício da função.

16 – DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO

16.1 A fiscalização do contrato será exercida por três representantes da CONTRATANTE, devidamente designados pela *Secretaria Executiva de Trânsito e Transporte Municipal*, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato e exercer em toda sua plenitude a ação fiscalizadora que trata a Lei Nº 8.666/93, nos termos do Decreto Municipal nº 5.267/2021.

16.2 A fiscalização que trata a cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades e, na ocorrência destas, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos.

16.3 A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os serviços prestados, se considerados em desacordo ou insuficientes, conforme os termos discriminados na proposta da CONTRATADA.

17 – DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

17.1 A vigência do contrato será de 12 meses a partir da data de assinatura, admitindo-se sua renovação nos termos do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/1993.

18 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1 Na hipótese de a CONTRATADA inadimplir as obrigações assumidas, no todo ou em parte, ficará sujeita às seguintes sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993:

18.1.2 Advertência;

18.1.3 Multa:

a) de 5% (cinco por cento) sobre o valor a ser pago mensalmente à CONTRATADA, pelo atraso injustificado na execução do objeto contratual;

b) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato pela inexecução parcial ou total do objeto contratado;

18.1.4 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar pela Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;



18.1.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

18.1.6 Em qualquer hipótese de aplicação de sanções serão assegurados à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

18.1.7 A aplicação das sanções observará o disposto no Decreto Municipal nº 5.267/2021.

19 - DO PAGAMENTO

19.1 O pagamento será realizado mensalmente (conforme Art. 40, inciso XIV, da Lei Federal nº 8.666/93), de acordo com a execução do serviço, sendo encaminhado o pedido de pagamento através de nota fiscal emitida pela contratada, que necessariamente será confirmada e atestada por 03 (três) servidores, conforme determina a legislação municipal.

19.2 O procedimento para pagamento observará o disposto no Decreto Municipal nº 4.481/2017.

20 - DA RESERVA ORÇAMENTARIA E FONTE DE RECURSO

20.1 As reservas orçamentarias serão realizadas de acordo com a indicação dos recursos estabelecidos neste Termo de Referência.

Elemento de Despesa	Cód. Reduzido
3.3.90.39.14.00.00.00	2478

Origem dos Recursos	
84	Recursos de Impostos e transferências de impostos

Programa de Trabalho	Descrição
14	TRÂNSITO AMIGO

21 – DAS INFORMAÇÕES DO ÓRGÃO REQUISITANTE

21.1 Secretaria Executiva de Trânsito e Transporte Municipal

21.2 Endereço: Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro – CEP. 26.600-000 - Paracambi RJ

21.3 Horário de expediente: 8hs às 17hs

21.4 Fone: (21) 2683-2247 Ramal:

21.5 E-mail: sectransporte@paracambi.rj.gov.br

Responsável pela Elaboração
ROBSON WANDER DA SILVA MACHADO

Aprovo o Termo de Referência.

Paracambi, ____/____/2022.

LUCIANO PIRES BENEVENUTO
Secretaria Executiva de Trânsito e Transporte Municipal



MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2022.

PROCESSO Nº 3826/2022.

LICITAÇÃO Nº ____/CPL/2022.

VALIDADE: 12 (doze) Meses a partir da assinatura.

ÓRGÃO GERENCIADOR: Chefe de Gabinete

SECRETARIA/ÓRGÃO REQUISITANTE: Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte.

Aos ____ dias do mês de ____ de 2022, às ____ horas, na Prefeitura Municipal de Paracambi, situada à Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro – Paracambi – RJ, é celebrado o presente compromisso entre o **MUNICÍPIO DE PARACAMBI**, por intermédio da Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte e do Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços, doravante denominado **MUNICÍPIO** e ____ estabelecida na ____ CNPJ nº ____, doravante denominada **COMPROMITENTES**, neste ato representada pelo Sr. ____, brasileiro, ____, natural do ____, residente e domiciliado na Rua ____ CEP: ____ inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sob nº ____, RG nº ____, de acordo com o processo administrativo nº **3826/2022**, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações posteriores, o Decreto Municipal nº 5.267/2021 e, subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666/1993 ainda o edital nº ____/CPL/2022, os termos da proposta vencedora e as cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Parágrafo Primeiro – A presente ata tem por objeto vincular a **COMPROMITENTE** com o Sistema Registro de Preços do Município de Paracambi, **OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS, PARA ATENDER DENTRO DO MUNICÍPIO DE PARACAMBI/RJ**, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTD	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL

Parágrafo Primeiro – A presente ata vincula a **COMPROMITENTE** a prestação de serviços nas condições indicadas, a partir das solicitações realizadas pelo órgão gerenciador e participantes.

Parágrafo Segundo - O presente registro de preços não obriga o **MUNICÍPIO** a solicitar qualquer quantidade de material registrado, facultando-se a realização de licitação específica para eventual aquisição pretendida, assegurado ao beneficiário do registro à preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Parágrafo Terceiro – A utilização da Ata de Registro de Preços demandará a formalização de contrato administrativo entre o **MUNICÍPIO** e a **COMPROMITENTE**, cuja celebração será dispensada de acordo com as hipóteses legais.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS

O prazo de validade deste Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de assinatura do presente instrumento

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Constituem obrigações do **MUNICÍPIO**:

- I. observar a ordem classificatória do registro no momento de emissão da ordem de serviços;
- II. realizar os pagamentos devidos à **COMPROMITENTE**, nas condições estabelecidas nesta ata;
- III. fornecer à **COMPROMITENTE** documento, informações e demais elementos que possuir pertinentes à execução do presente objeto;



IV. exercer a fiscalização da prestação de serviço solicitado;

V. receber provisória e definitivamente o objeto a ser prestado nas formas definidas;

VI. fornecer a contratada acesso a todo e qualquer setor das Secretarias Municipais envolvidas, visando a execução das atividades nele previstas;

VII. realizar permanente pesquisa de mercado, inclusive antes da formalização da contratação e/ou emissão da ordem de fornecimento, para aferição da manutenção da vantajosidade dos preços registrados.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA COMPROMITENTE

Constituem obrigações da **COMPROMITENTE**:

I . prestar o serviço de acordo com as normas vigentes e as especificações contidas nesta ata;

II. prestar, sem quaisquer ônus para o **MUNICÍPIO**, as correções e revisões de falhas ou defeitos verificados no produto fornecido, sempre que a ela imputáveis;

III. acatar as instruções emanadas da fiscalização;

IV. sob as penas da lei, não divulgar nem fornecer dados e informações referentes ao fornecimento de bens, a menos que expressamente autorizada pelo **MUNICÍPIO**;

V. atender prontamente aos encargos decorrentes das Leis Trabalhistas e da Previdência Social nos termos do art. 71, da Lei Federal nº 8.666/1993;

VI. reconhecer que o **MUNICÍPIO** não manterá qualquer vínculo de natureza trabalhista com seus profissionais e empregados, responsabilizando-se o fornecedor por quaisquer acidentes decorrentes de suas atividades;

VII. atender a todas as obrigações decorrentes do presente instrumento e do Termo de Referência;

VIII. não transferir ou ceder a outrem a obrigação de fornecer prevista nesta Ata, no todo ou em parte, a não ser com prévio e expreso consentimento ao **MUNICÍPIO** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado;

IX. arcar com as despesas de carga e descarga e de frete referentes às entregas dos produtos, inclusive as oriundas da devolução e reposição das mercadorias defeituosas;

X. manter as condições de habilitação que permitam a contratação da empresa pelo **MUNICÍPIO** ao longo da vigência do registro de preços, conforme o previsto no artigo 27 e seguintes da Lei Federal nº 8666/1993 e exigido no edital nº _____;

XI. atender a todas as obrigações fixadas no edital e seus anexos.

CLÁUSULA QUINTA – DO LIMITE FINANCEIRO DAS DESPESAS

Em razão dos preços e das quantidades máximas admitidas no registro de preços, o limite para realização de despesas pelo **MUNICÍPIO**, nos termos desta ata, será da ordem de **R\$** _____ (_____).

CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.



A prestação de serviços deverá ser executada fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos de instrumento convocatório, desta ata e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial;

Parágrafo primeiro. Cada ordem de fornecimento emitida pelo órgão gerenciador, participantes ou não participantes deverá observar os quantitativos mínimos dispostos no Termo de Referência.

Parágrafo Segundo - A fiscalização do fornecimento será realizada por servidor designado pelos órgãos gerenciador ou participantes ou por comissão de fiscalização.

Parágrafo Terceiro - O recebimento se dará em tantas parcelas quantas forem as solicitações do material, na seguinte forma:

I. provisoriamente, confirmando-se no prazo de 10 (dez) dias, contados da consecução do objeto contratado, a adequação as especificações técnicas e a quantidade exigida em parecer circunstanciado da fiscalização da contratação;

II. definitivamente, após parecer circunstanciado da comissão de fiscalização do contrato, após decorrido o prazo de 30 (trinta) dias de observação e vistoria, contados a partir do último recebimento provisório, desde que comprovado o exato cumprimento das obrigações contratuais.

Parágrafo Quarto – caso seja verificado defeito ou desconformidade do objeto contratual, o fato será comunicado à contratada, que deverá promover o reparo no prazo fixado no comunicado, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

Parágrafo Quinto – o atestado de recebimento definitivo somente será exigido quando a demonstração pelo contratado do cumprimento de todas as obrigações trabalhistas decorrentes da mão de obra utilizada na consecução do objeto do contrato.

Parágrafo Sexto - o representante do MUNICÍPIO, sob pena de ser responsabilizado administrativamente, anotar em registro próprio as ocorrências relativas ao fornecimento do material, determinando o que for necessário à regularização das faltas e os defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação.

Parágrafo Sétimo – A COMPROMITENTE declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo Oitavo – A instituição e a atuação da fiscalização do fornecimento de material não excluem ou atenuam a responsabilidade da COMPROMITENTE, nem a exime de manter fiscalização própria.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESPONSABILIDADE

O **COMPROMITENTE** é responsável por danos causados ao **MUNICÍPIO** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento de bens, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

Parágrafo Primeiro - A **COMPROMITENTE** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do fornecimento de bens, podendo o **MUNICÍPIO** a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da **COMPROMITENTE**.

Parágrafo Segundo - A reiterada ausência da apresentação dos documentos mencionados no parágrafo primeiro poderá ensejar a rescisão da ata de registro caso, após formalmente notificada, a



COMPROMITENTE não venha a sanar a falta com a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa.

CLÁUSULA OITAVA - PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O **MUNICÍPIO** fará o pagamento das parcelas referentes à prestação de serviço por meio de depósito em conta bancária a ser indicada pela **COMPROMITENTE**. O pagamento dar-se-á em parcelas mensais referentes ao material efetivamente entregue.

Parágrafo Primeiro - O prazo para pagamento é de até 30 (trinta) dias, contados da data final do período de adimplemento da obrigação, devendo a **COMPROMITENTE** apresentar solicitação formal de pagamento, instruída com os documentos exigidos pelo Decreto Municipal nº 4.481/2017.

Parágrafo Segundo - Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da **COMPROMITENTE**, o prazo de 30 (trinta) dias, ficará suspenso, voltando a contar de onde parou a partir da data da respectiva reapresentação.

Parágrafo Terceiro - Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que tal atraso não decorra de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo _____ (*índice de atualização*) e serão acrescidos de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.

Parágrafo Quarto – Os pagamentos realizados pelo **MUNICÍPIO** em prazo inferior ao estabelecido serão realizados mediante desconto de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

Parágrafo Quinto – No caso de atraso no pagamento por motivo atribuível ao **MUNICÍPIO**, será devido o pagamento de multa de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor da parcela devida, caso inexistir justificativa adequada para a ocorrência do atraso.

CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA

A **CONTRATADA** deverá oferecer garantia do OBJETO, conforme prevê o Termo de Referência - ANEXO 6.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO DO COMPROMISSO

A presente ata poderá ser alterada, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei Federal nº 8.666/1993, mediante termo aditivo.

Parágrafo primeiro - A presente Ata poderá sofrer alterações, nos seguintes casos:

I. Em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado, ou no caso de ocorrência de fato que eleve o custo dos bens registrados, o Município poderá promover as negociações junto aos detentores do Registro.

II. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado para o mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

Parágrafo segundo - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador



deverá liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de qualquer penalidade, desde que a comunicação ocorra antes da autorização de fornecimento ou da ordem de início da prestação do serviço e seja comprovada a veracidade das informações prestadas.

Parágrafo terceiro – Nas hipóteses do inciso II e parágrafo terceiro desta Cláusula, caso reste inviabilizada a concretização da contratação com o fornecedor ou prestador de serviço registrado, o órgão gerenciador deverá, observada a ordem de classificação, convocar os demais fornecedores e prestadores registrados para manifestar interesse na assunção do registro nos termos da proposta vencedora.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

O fornecedor poderá ter seu registro cancelado de acordo com o disposto no artigo 61 do Decreto Municipal nº 5.267/2021 nas seguintes hipóteses:

- I. descumprir as condições da ata de registro de preços;
- II. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- III. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- IV. sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666/1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520/2002;
- V. por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados, por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor.

Parágrafo Primeiro – O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Segundo – A declaração de cancelamento do registro de preços, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

Parágrafo Terceiro – Na hipótese de cancelamento do registro de preço por culpa da **COMPROMITENTE**, além das demais sanções administrativas cabíveis, ficará a mesma sujeita à multa de 10% (dez por cento) incidente sobre o saldo reajustado do fornecimento não efetuado, sem prejuízo da retenção de créditos e das perdas e danos que forem apurados.

Parágrafo Quarto – Havendo cancelamento do registro de preços, o órgão gerenciador deverá, observada a ordem de classificação, convocar os demais fornecedores e prestadores registrados para manifestar interesse na assunção do registro nos termos da proposta vencedora.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

A inexecução do objeto, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração, sujeita a licitante vencedora, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, as seguintes penalidades:

- I. advertência;
- II. multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor da parcela em atraso;



III. multa de 5% (cinco por cento) incidirá sobre o valor total do contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento);

IV. multa de 20% (vinte por cento) do valor total em caso de rescisão por culpa da CONTRATADA;

V. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo máximo de 02 (dois) anos;

VI. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade prevista no subitem anterior, que será concedida sempre que a empresa ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso V, observado quando for o caso, o disposto no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

Parágrafo Primeiro - A imposição de multa até o valor de 250 UFIR/RJ é de competência do Secretário(a) Municipal Titular da Pasta ou autoridade equiparada, assegurados a ampla defesa e o contraditório. A aplicação das demais sanções será da competência do Chefe do Poder Executivo, segundo Decreto Municipal nº 5.267/2021.

Parágrafo Segundo - A penalidade de advertência poderá ser aplicada pela comissão de fiscalização, nos moldes do Decreto Municipal nº 5.267/2021.

Parágrafo Terceiro - A empresa será notificada sobre a anotação da infração e terá 5 (cinco) dias úteis para apresentar sua defesa, contados da data do recebimento da notificação sendo o prazo ampliado para 10 (dez) dias na hipótese prevista no inciso VI do caput deste item.

Parágrafo Quarto - Cada uma das sanções previstas nos incisos I, V e VI do *caput* poderão ser aplicadas juntamente com as constantes nos incisos II, III e IV.

Parágrafo Quinto - Os valores das multas serão deduzidos da garantia prestada, mas caso essa não tenha se verificado ou sendo insuficiente, será promovido desconto correspondente sobre o primeiro documento de cobrança apresentado pela contratada após aplicação da sanção, permanecendo o desconto sobre os pagamentos sucessivos até completa quitação.

Parágrafo Sexto - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

Parágrafo Sétimo - A aplicação das sanções prevista neste item observará o disposto no Decreto Municipal nº 5.267/2021.

Parágrafo Oitavo - O prazo do impedimento, da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade e os limites dispostos no art. 7º, da Lei Federal nº 10.520/2002 e no art. 87, III, da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **COMPROMITENTE**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do fornecimento tenha acarretado, serão cobrados judicialmente quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **COMPROMITENTE** tenha em face do **MUNICÍPIO**, quando não comportarem cobrança amigável.

Parágrafo Primeiro – Caso o **MUNICÍPIO** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **COMPROMITENTE** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas



de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

O presente registro não poderá ser objeto de subcontratação no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresse consentimento do **MUNICÍPIO** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula de observância obrigatória por parte da **COMPROMITENTE**, a impossibilidade de opor, perante o **MUNICÍPIO**, a exceção de inadimplemento como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

Parágrafo Primeiro – A suspensão da execução a que se refere o art. 78, XIV e XV da Lei Federal nº 8.666/1993, se não for objeto de prévia autorização da Administração, de forma a não prejudicar a continuidade dos serviços, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução, sendo vedada a sua suspensão por decisão unilateral da **COMPROMITENTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA ADESÃO DE OUTROS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da ata, a quem compete autorizar a adesão, observados os limites e diretrizes fixados no Decreto Municipal nº 5.267/2021.

Parágrafo Primeiro. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento.

Parágrafo Segundo. O limite individual de cada órgão ou entidade não participante será de 50% (cinquenta por cento) do quantitativo registrado, conforme Decreto Municipal nº 5.267/2021.

Parágrafo Terceiro. O conjunto de solicitação de adesão, independentemente do órgão ou entidade solicitante, não poderá exceder ao dobro do quantitativo registrado, conforme Decreto Municipal nº 5.267/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DA ATA

A ata devidamente assinada pelas partes deverá ser publicada em diário oficial e divulgada no sítio eletrônico oficial da Prefeitura de Paracambi, devendo a autoridade competente adotar as providências necessárias à remessa de cópia ao TCE-RJ.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Comarca de Paracambi, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente termo que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas nesta ata, firmam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, e na presença das testemunhas abaixo firmadas.

Paracambi, ____ de _____ de 20____.

MUNICÍPIO

COMPROMITENTE



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação – CPL

TESTEMUNHAS:

1 - _____

2- _____

CPF:

CPF:



ANEXO 8
MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº _____/_____.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS, PARA ATENDER DENTRO DO MUNICÍPIO DE PARACAMBI/RJ. ORIUNDO DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº _____/2022,

QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARACAMBI E

O **MUNICÍPIO DE PARACAMBI**, pessoa jurídica de direito público interno, cuja Prefeitura tem sede na Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro - Paracambi-RJ, inscrito no CNPJ nº 29.138.294-0001-02, doravante denominado **MUNICÍPIO**, representado neste ato pelo Sr. Luciano Pires Benevenuto, Secretário Municipal de Trânsito e Transporte, matrícula 14.485, e a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, situada na _____ (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº _____, representada, nesta ato, por _____ (qualificação completa do representante da contratada) doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato para a **OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS, PARA ATENDER DENTRO DO MUNICÍPIO DE PARACAMBI/RJ**, de acordo com o processo administrativo nº **3826/2022** e o Edital de Licitação nº _____, observando-se as normas gerais da Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal nº 8.666/1993, Decreto Municipal nº 5.267/2021.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto: **OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS, PARA ATENDER DENTRO DO MUNICÍPIO DE PARACAMBI/RJ**, de acordo com os quantitativos indicados abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UNID.	MÊS	VALOR MENSAL R\$	VALOR TOTAL ANUAL R\$
------	-----------	------	-------	-----	------------------	-----------------------

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses a contar de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Constituem obrigações do **MUNICÍPIO**:

- I. realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- II. fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente contrato;
- III. exercer a fiscalização do contrato;
- IV. receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas no parágrafo oitavo da cláusula oitava deste contrato;
- V. emitir e ou requerer todas as licenças necessárias para o cumprimento do objeto do contrato

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- I. fornecer o objeto contratado observando todas as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, bem como as instruções e determinações expedidas pela fiscalização do Município;



- II. executar o objeto com zelo, diligência e economia, procedendo sempre de acordo com a melhor técnica aplicável a fornecimentos dessa natureza;
- III. efetuar, sem qualquer ônus para o **MUNICÍPIO**, no tempo determinado por este, as correções e revisões de falhas ou defeitos verificados nos bens fornecidos, sempre que a ela imputáveis;
- IV. quaisquer erros ou imperícias na execução do contrato, constatados pelo **MUNICÍPIO** obrigarão a contratada, à sua conta e risco, a repor as parcelas de fornecimento impugnadas;
- V. obedecer estrita e rigorosamente aos prazos estabelecidos neste Contrato e no Edital, cabendo ao Município, no caso de inadimplemento, o direito de suspender a execução do contrato ou de aplicar as penalidades cabíveis, sem que assista à contratada qualquer direito a indenização;
- VI. requerer, junto aos órgãos competentes, a autorização para execução de quaisquer atividades envolvidas neste contrato, responsabilizando-se pelo cumprimento dos mesmo e pela fiel observância da legislação aplicável;
- VII. permitir ao Município, por todos os meios ao seu alcance, o mais amplo exercício da fiscalização, proporcionando-lhe pleno acesso a suas dependências, bem como, atendendo, prontamente, às determinações que lhe forem feitas, com o propósito de melhor atender as obrigações pactuadas;
- VIII. substituir, às suas custas, os funcionários que, a critério do **MUNICÍPIO**, apresentarem comportamento inadequado, ou, em algum momento, desrespeitarem as condições a eles inerentes;
- IX. disponibilizar o pessoal necessário à execução do objeto deste contrato, sob sua inteira responsabilidade, obrigando-se a observar, rigorosamente, todas as prescrições relativas às leis trabalhistas, previdenciárias, assistenciais, securitárias e sindicais, sendo considerada, nesse particular, como única empregadora;
- X. comparecer espontaneamente em juízo, na hipótese de qualquer reclamação trabalhista intentada ou ajuizada por seus empregados contra o Município, reconhecendo sua verdadeira condição de empregadora, substituindo o Município no processo, até o final do julgamento, arcando com todas as despesas decorrentes de eventual condenação;
- XI. arcar com ônus decorrentes de incidência de todos os tributos federais, estaduais e municipais que possam decorrer dos serviços objeto deste contrato, responsabilizando-se pelo cumprimento de todas as exigências das repartições públicas competentes, com total isenção do Município;
- XII. arcar com todas as despesas de alocação e transporte de sua equipe necessárias à plena execução do objeto contratado;
- XIII. arcar com todas as despesas decorrentes de eventuais serviços realizados em horários extraordinários (diurno, noturno, domingos e feriados) que forem necessários ao exato cumprimento das obrigações pactuadas;
- XIV. aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial, atualizado, do contrato, conforme estabelece o § 1º, do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/1993;
- XV. responsabilizar-se por quaisquer danos ocasionados ao **MUNICÍPIO** ou a terceiros em decorrências de atos ou omissões perpetrados quando da execução do objeto do contrato;
- XVI. responder por violação ao direito de uso de materiais, métodos ou processo de execução protegidos por marcas ou patentes, arcando com indenizações, taxas e/ou comissões que forem devidas;
- XVII. manter-se durante toda a execução do contrato em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, no que tange às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do art. 55, inciso XIII, da Lei Federal n.º 8.666/1993;
- XVIII. apresentar ao Município, sempre que solicitado, os comprovantes dos recolhimentos devidos ao INSS e FGTS, mediante cópia autenticada, assim como comprovante de pagamento dos salários e demais parcelas trabalhistas aos empregados utilizados para a consecução do objeto contratual;



XIX. comunicar à fiscalização do contrato, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, os motivos de força maior que possam justificar a prestação de serviços;

XX. Correrão por conta, responsabilidade e risco da **CONTRATADA** as consequências de imprudência, negligência ou imperícia sua e de seus empregados ou prepostos, notadamente:

- a) má qualidade dos serviços prestados;
- b) violação do direito de propriedade industrial;
- c) furto, perda, roubo, deterioração ou avarias de materiais ou equipamentos;
- d) ato ilícito seu e de seus empregados ou prepostos que tenham reflexos danosos para o cumprimento da execução contratual;
- e) acidentes de qualquer natureza com materiais ou equipamentos, com seus empregados ou terceiros, na execução dos serviços necessários à execução contratual ou em decorrência da execução deles.

CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO CONTRATUAL

O valor total previsto para este contrato é de **R\$** _____ (_____), passível de alteração apenas pela ocorrência de eventos supervenientes que alterem o equilíbrio econômico-financeiro, nos moldes do art. 65 e parágrafos da Lei Federal nº 8.666/1993.

Parágrafo primeiro. Consideram-se incluídos no preço previsto no caput desta cláusula todas as despesas relativas ao objeto do contrato, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, encargos sociais e financeiros e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto contratual.

Parágrafo segundo. Os preços que vierem a ser contratualmente pactuados serão irreajustáveis pelo período de **12 (doze) meses** a contar da data base utilizada para formulação da proposta. Os eventuais reajustes seguintes que sejam necessários só poderão ocorrer, mediante expresse requerimento do contratado, com periodicidade anual e deverão utilizar o índice _____ (índice de reajuste).

Parágrafo terceiro. A revisão dos valores poderá ser realizada a qualquer tempo, em virtude de eventos supervenientes, a fim de assegurar manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, desde que devidamente justificada nos termos do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato, conforme nota de empenho acostadas aos autos do processo administrativo, correrão à conta das dotações orçamentárias abaixo classificadas:

ORIGEM DOS RECURSOS:

PROGRAMA DE TRABALHO:

ELEMENTO DE DESPESA:

Parágrafo único. As despesas previstas para o exercício seguinte correrão à conta da dotação orçamentária própria, sempre precedida do empenho.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO

O Contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Parágrafo único. A **CONTRATADA** iniciará a execução contratual no prazo máximo indicado na ordem de fornecimento.

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do cumprimento do objeto do presente contrato ficará a cargo da Comissão de Fiscalização designada pela autoridade requisitante, que será responsável por:



- I. fazer cumprir a especificação do objeto e demais condições constantes deste contrato;
- II. notificar a **CONTRATADA** acerca da prática de infrações que ensejem a aplicação das sanções previstas na cláusula décima quarta;
- III. suspender a execução do fornecimento julgado inadequado;
- IV. sustar o pagamento das faturas no caso de inobservância pela **CONTRATADA** de qualquer obrigação prevista neste contrato;
- V. exigir a substituição de qualquer empregado da **CONTRATADA**, cuja atuação, permanência ou comportamento seja julgado prejudicial, inconveniente ou insatisfatório à disciplina ou ao interesse do objeto contratado, sem que essa decisão acarrete qualquer ônus ao **MUNICÍPIO**.

Parágrafo primeiro. Cabe recurso das determinações previstas no caput desta cláusula, no prazo de 5 (cinco) dias úteis previsto no art. 109, II, da Lei Federal nº 8.666/1993, exceto no caso da aplicação de sanções, para as quais se observará o prazo previsto na cláusula décima quarta.

Parágrafo segundo. A **CONTRATADA** facilitará, por todos os meios ao seu alcance, a ampla fiscalização do **MUNICÍPIO**, promovendo o fácil acesso às suas dependências, podendo, inclusive, lhe ser exigido o fornecimento de veículo necessário à diligência da fiscalização.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** atenderá prontamente às observações e exigências que lhes forem apresentadas pela fiscalização.

Parágrafo quarto. A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo quinto. A instituição e a atuação da fiscalização do **MUNICÍPIO** não excluem ou atenuam a responsabilidade da **CONTRATADA** nem a exime de manter fiscalização própria.

Parágrafo sexto. A fiscalização do contrato, sob pena de responsabilização administrativa, anotará em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados ou comunicando o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação, no que exceder à sua competência.

Parágrafo sétimo. Quaisquer entendimentos entre a fiscalização e a **CONTRATADA**, desde que não infrinjam nenhuma cláusula contratual, serão feitos por escrito, não sendo tomadas em consideração quaisquer alegações da **CONTRATADA** com fundamento em ordens ou declarações verbais.

Parágrafo oitavo. O recebimento se dará em tantas parcelas quantas forem as solicitações do material, na seguinte forma:

- I. provisoriamente, confirmando-se no prazo de 10 (dez) dias, contados do fornecimento do material, a adequação às especificações técnicas e à quantidade exigida em parecer circunstanciado da fiscalização do contrato;
- II. definitivamente, após parecer circunstanciado da fiscalização do contrato, após decorrido o prazo de 30 (trinta) dias de observação e vistoria que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

CLÁUSULA NONA - DA RESPONSABILIDADE

O objeto do presente contrato será executado sob a direção e responsabilidade técnica da **CONTRATADA**.

Parágrafo primeiro. A **CONTRATADA** é responsável por danos causados ao **MUNICÍPIO** ou a terceiros, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.



Parágrafo segundo. A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será realizado por meio de depósito em conta bancária a ser indicada pela **CONTRATADA**, observando-se os valores e as periodicidades de cada etapa.

Parágrafo primeiro. Para fins de pagamento prevalecerá o valor correspondente à prestação efetiva do serviço objeto da licitação, nos exatos termos exigidos pelas diretrizes fixadas no termo de referência e no edital e na Ata de Registro de Preços.

Parágrafo segundo. Eventuais discrepâncias nos serviços prestados poderão acarretar glosa no valor da solicitação de pagamento.

Parágrafo terceiro. O pagamento será procedido nos termos do Decreto Municipal nº 4.481/2017.

Parágrafo quarto. O prazo para pagamento é de até 30 (trinta) dias, contados da data final do período de adimplemento da obrigação, devendo a **CONTRATADA** apresentar solicitação formal de pagamento, instruída com os documentos exigidos pelo Decreto Municipal nº 4.481/2017.

Parágrafo quinto. Caso se faça necessária à representação de qualquer fatura por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias, ficará suspenso, voltando a contar de onde parou a partir da data da respectiva reapresentação.

Parágrafo sexto. Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo _____ (índice de atualização financeira) e serão acrescidos de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.

Parágrafo sétimo. Os pagamentos realizados pelo Município em prazo inferior ao estabelecido serão realizados mediante desconto de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

Parágrafo oitavo. No caso de atraso de pagamento por motivo atribuível ao Município, será devido o pagamento de 0,1% (um décimo por cento) ao mês, caso inexistir justificativa adequada para a ocorrência do atraso.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA

A **CONTRATADA**, até 30 (trinta) dias após a data de assinatura do contrato, deverá fornecer a garantia de execução contratual de _____% (_____ por cento) do valor da proposta vencedora, a ser apresentada, em uma das modalidades previstas no § 1º, do artigo 56, da Lei Federal nº 8.666/1993, a saber:

- I. caução em dinheiro;
- II. seguro-garantia; e
- III. fiança bancária.

Parágrafo primeiro. A validade da garantia de execução deverá no mínimo coincidir com o prazo de vigência deste contrato.

Parágrafo segundo. Em caso de prorrogação da vigência do contrato, a garantia oferecida, se tiver prazo de vigência, deverá ser prorrogada por idêntico período.

Parágrafo terceiro. A garantia prestada pela **CONTRATADA** somente será restituída após o integral cumprimento do contrato, podendo ser retida pelo Município se necessário, para quitar eventuais obrigações da **CONTRATADA**.

Parágrafo quarto. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- I - prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;
- II - prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato; e
- III - multas moratorias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada.

Parágrafo quinto. O levantamento da garantia contratual por parte da empresa que vier a ser **CONTRATADA** somente ocorrerá após o integral fornecimento.

Parágrafo sexto. Em caso de rescisão do Contrato, motivada por culpa da **CONTRATADA**, a garantia reverterá integralmente aos cofres do MUNICÍPIO, o qual cobrará a mesma diferença apurada entre o valor da garantia depositada e do débito verificado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO



O Contrato poderá ser modificado pelo **MUNICÍPIO**, sendo mantidas suas demais cláusulas, na forma prevista no artigo 58, inciso I e seus §§ 1º e 2º e/ou no artigo 65 e seus respectivos parágrafos, ambos da Lei Federal nº 8.666/1993, mediante a assinatura de Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade de opor perante o Município a exceção de inadimplemento como fundamento para a interrupção unilateral do fornecimento.

Parágrafo único. A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV e XV da Lei Federal nº 8.666/1993, se não for objeto de prévia autorização da Administração, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada sua suspensão por decisão unilateral da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

A inexecução total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeita a **CONTRATADA**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, as seguintes penalidades:

I. advertência;

II. multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor da parcela em atraso;

III. multa de 5% (cinco por cento) incidirá sobre o valor total do contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento);

IV. multa de 20% (vinte por cento) do valor total em caso de rescisão por culpa da **CONTRATADA**;

V. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo máximo de 02 (dois) anos;

VI. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade prevista no subitem anterior, que será concedida sempre que a empresa ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso V, observado quando for o caso, o disposto no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

Parágrafo Primeiro - A imposição de multa até o valor de 250 UFIR/RJ é de competência do Secretário(a) Municipal Titular da Pasta ou autoridade equiparada, assegurados a ampla defesa e o contraditório. A aplicação das demais sanções será da competência do Chefe do Poder Executivo, conforme Decreto Municipal nº 5.267/2021.

Parágrafo Segundo - A penalidade de advertência poderá ser aplicada pela comissão de fiscalização, nos moldes do Decreto Municipal nº 5.267/2021.

Parágrafo Terceiro - A empresa será notificada sobre a anotação da infração e terá 5 (cinco) dias úteis para apresentar sua defesa, contados da data do recebimento da notificação sendo o prazo ampliado para 10 (dez) dias na hipótese prevista no inciso VI do caput deste item.

Parágrafo Quarto - Cada uma das sanções previstas nos incisos I, V e VI do *caput* poderão ser aplicadas juntamente com as constantes na letra II, III e IV.

Parágrafo Quinto - Os valores das multas serão deduzidos da garantia prestada, mas caso essa não tenha se verificado ou sendo insuficiente, será promovido desconto correspondente sobre o primeiro documento de cobrança apresentado pela contratada após aplicação da sanção, permanecendo o desconto sobre os pagamentos sucessivos até completa quitação.

Parágrafo Sexto - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

Parágrafo Sétimo - A aplicação das sanções prevista neste item observará o disposto no Decreto Municipal nº 5.267/2021.

Parágrafo Oitavo - O prazo do impedimento, da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade e os limites dispostos no art. 7º, da Lei Federal nº 10.520/2002 e no art. 87, III, da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO RECURSO AO JUDICIÁRIO



As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA** ou de perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente, caso sejam superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face do **MUNICÍPIO**.

Parágrafo único. Caso o **MUNICÍPIO** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido nos termos dos artigos 77 a 80 da Lei Federal n.º 8.666/93.

Parágrafo primeiro. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e à prévia e ampla defesa.

Parágrafo segundo. A declaração de rescisão deste contrato operará seus efeitos a partir da publicação no órgão oficial de divulgação do Município de Paracambi.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo previsto na legislação pertinente, no veículo de publicação oficial do Município, correndo os encargos por conta do **MUNICÍPIO**.

Parágrafo primeiro. O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato.

Parágrafo segundo. O **MUNICÍPIO** encaminhará cópia deste contrato ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, para conhecimento, após assinatura das partes.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

As partes se vinculam aos termos do presente contrato, às regras previstas no edital de licitação e ao termo de referência, bem como à proposta da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS

As circunstâncias ocorridas durante a execução do contrato que não foram previstas no presente instrumento serão resolvidas a partir da aplicação da Lei Federal nº 8.666/1993 e os princípios de Direito Público.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA CONTAGEM DOS PRAZOS

Na contagem dos prazos estabelecidos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário, conforme art. 110 e parágrafo único da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Comarca de Paracambi, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Paracambi, ____ de _____ de 20 ____.

MUNICÍPIO

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação – CPL

1 - _____

CPF:

1 - _____

CPF: